



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Plano de Contingência da Secretaria de Estado da Saúde para o Enfrentamento de Desastres Hidrometeorológicos no Espírito Santo





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Governador do Estado do Espírito Santo

José Renato Casagrande

Vice- Governador do Estado do Espírito Santo

Ricardo de Rezende Ferraço

Secretário de Estado de Saúde

Tyago Ribeiro Hoffmann

Subsecretaria de Estado de Vigilância em Saúde

Orlei Amaral Cardoso

Subsecretaria de Estado de Planejamento e Transparência da Saúde

Francisco José Dias da Silva

Subsecretaria de Estado de Regulação do acesso em Saúde

Gleikson Barbosa dos Santos

Subsecretaria de Estado de Atenção à Saúde

Carolina Marcondes Rezende Sanches

Subsecretaria de Estado Contratualização em Saúde

Heber de Souza Lauer

Subsecretaria de Estado Assunto Administrativo/ financeiro da Atenção à Saúde

Antônio Carlos Haidmann Bispo

Diretor Geral do ICEPI/SESA ES

Érico Sangiorgio

Superintendência Regional de Saúde de Colatina -SESA ES

Kamila de Sales Roldi Correa

Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim -SESA ES

Samilla Coelho Figueira

Superintendência Regional de Saúde de São Mateus -SESA ES

Bruno Teófilo Araújo

Superintendência Regional de Saúde de Vitória -SESA ES

Alexsandro de Moraes Vimercati



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Elaboração:

Roberto Da Costa Laperriere Junior

**Chefe do Núcleo Especial de Vigilância Ambiental em Saúde –
NEVA/GEVS/SSVS/SESA**

Luciana De Nadai Mariano

Referência Técnica Estadual Programa Vigidesastres – NEVA/GEVS/SSVS/SESA

Carla Estela Lima

Apoiadora Ministério da Saúde – Vigidesastres/ES

Este Plano de Contingência foi elaborado com base no levantamento de informações e na análise de documentos da Defesa Civil do Estado do Espírito Santo, considerando as lições aprendidas em eventos anteriores relacionados a desastres hidrometeorológicos no estado. O processo de construção contou com oficinas de debate realizadas na Secretaria de Estado da Saúde e foi validado por meio de uma oficina de simulado ocorrida nos dias 15 e 16 de abril de 2025. Trata-se, portanto, de um plano construído de forma coletiva, integrada e com a participação ativa dos responsáveis pelas ações previstas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Colaboradores:

Adilson Arimatéia Rosa	Frederico Felipe Costa Tebas de Freitas
Aislan Cazéli de Calvário	Gabrielle Dias Wanzeller da Silva
Alexsandro Vimercati	Geovania Almeida
Aline Corbellari Zamprogno	Gilton Luiz Almada
Ana Paula Brioschi dos Santos	Giovani Valory
Andressa Alves Martins Cadete Salles	Gleikson Barbosa dos Santos
Anna Cláudia Mombrini Silva Barbisa	Grazyelle Fonseca Costa de Bertoli
Carla Cristina Máximo Almeida	Guilherme Sarmento Fagundes
Carla Estela Lima	Gustavo Teixeira
Carlos Fernandes Junior	Heber de Souza Lauar
Carlos Roberto Brandão Locatelli	Isabella Cosmo da Silva
Carlos Roberto Guerra Freitas	Ivone Litig Mendes
Carolina Marcondes Rezende Sanches	Janaína Daumas Felix
Celso Cláudio Santos Bandeira	João Paulo Cola
Cinthya Dessaune Neves	Juliana Silva Oliveira Trabach
Denise Butach Lyra	Juliano Mosa Mação
Duoce Prates Bezerra	Juliete Falcão Rabelo
Eber da Silva Dantas	Kamila de Sales Roldi Correa
Eida Maria Borges Gonsalves	Kelly Cardoso da Silva
Éric Arrivabene Tavares	Lais Coelho Silvestri
Fabiane Cruz Pavani Silva	Larisa Almeida Rodrigues
Fabíola Ribeiro Rios	Leandro Rocha Sarmento
Fanny Oliveira Frazão Rosa	Luciana De Nadai Mariano
Fernando Antônio Alves de Jesus	Luciana Leite Serra de Almeida
Fernando Roberto da Silva	Ludimila Barroso Silva Brito
Flávia Dangelo Ferreira Muniz	
Flavia Maria Oliveira Saibel dos Santos	Luis Eduardo Machado Lamatina
Francieli da Costa Guarnier	Luiz Carlos Reblin
Francisco José Dias	Maiara Almeida Maia



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Marcel Pereira Fernandes	Ronaldo da Silva Campos Júnior
Márcio Romanha	Rosângela Zoppé Brandão de Freitas
Marêssa Gonçalves Lima Carvalho	Rose Mary Santana Silva
Maria Cristiane de Vitória	Roseanne Coubasseier Cheroto
Mônica Kalil Isaac	Rubia Ferreira Bastos
Orlei Amaral Cardoso	Samilla Coelho Figueira
Paulo Augusto de Moura Ribeiro	Syria Luppi
Rafaela dos Santos Ferreira	Valkiria Rangel Cruzio Natali
Ranuzia Emilayne Alves da Silva	Vanessa de Paula Ferreira
Rayana Gilda Scharra de Souza	Victor Hugo Ferreira dos Santos
Renata Bossatoo de Barros	Wendell Peixoto Rodrigues
Ricardo dos Santos Costa	
Rinara Angélica de Andrade Machado	
Roberto da Costa Laperriere Junior	
Rodrigo Leite Locatelli	
Rodrigo Ribeiro Rodrigues	



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Sumário

1 - INTRODUÇÃO	7
1.1 Objetivo Geral.....	8
1.1.1 Objetivos Específicos	8
2 - SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DO TERRITÓRIO	9
2.1 Panorama Geral.....	9
2.2 Doenças Endêmicas e Emergentes em Cenários de Desastres Hidrológicos no Espírito Santo	10
2.3 Ameaças e Riscos	11
2.4 Capacidade Instalada para o Enfrentamento de Desastres Hidrometeorológicos.....	12
2.5 Fontes de Dados	12
3 - DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO E CENÁRIOS DE RISCO	13
4 - ESTRATÉGIA DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA DESASTRES HIDROMETEOROLÓGICO	14
5 - ORGANIZAÇÃO DE CADA SETOR PARA RESPOSTA A DESASTRES PROVOCADOS POR EVENTOS HIDROMETEOROLÓGICOS	21
5.1 Eixo Gestão.....	21
5.2 Eixo Vigilância de Gestão de Emergências em Saúde Pública	34
5.3 Eixo em Vigilância em Saúde.....	40
5.4 Eixo Assistência à Saúde	53
6 – INSTRUÇÕES PARA ATIVAÇÃO E DESATIVAÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE (COE).....	64
6.1 Atribuições do COE.....	64
6.2 Composição do COE - SAÚDE.....	65
6.3 Ativação	65
6.4 Desativação	67
7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
8 – ANEXOS	70



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

1 – INTRODUÇÃO

As mudanças climáticas têm provocado desastres naturais de grande escala em diversas regiões do mundo, principalmente relacionados à água, como enchentes e secas. Além desses, eventos localizados como deslizamentos, inundações e erosões também são frequentes, podendo ser agravados por ações humanas.

No Espírito Santo, eventos climáticos extremos como enchentes, deslizamentos, estiagens e secas marcam a história do estado. O maior desastre ocorreu em 2013, atingindo 55 dos 78 municípios, com mais de 60 mil pessoas afetadas, 26 mortes e chuvas intensas superiores a 200 mm em 48 horas em algumas regiões.

Em 2024, o município de Mimoso do Sul enfrentou novo desastre severo: chuvas de até 600 mm em dois dias causaram 18 mortes, cerca de 100 desabrigados e 10 mil desalojados. O evento exigiu resposta emergencial, evidenciando a necessidade de investimentos em infraestrutura e sistemas de alerta.

As inundações elevam o risco de doenças devido ao contato com água contaminada, aglomeração, vetores, insalubridade e impactos socioeconômicos. Também sobrecarregam os serviços de saúde, afetando o atendimento primário, emergencial e a continuidade do cuidado de pacientes crônicos. As equipes de saúde devem estar preparadas para lidar com doenças de veiculação hídrica, surtos em abrigos, agravamento de condições crônicas, impactos psicossociais, acidentes com animais peçonhentos, problemas respiratórios e perdas de medicamentos, além do estresse ocupacional dos profissionais.

A resposta eficaz aos desastres exige articulação entre setores e instituições. O fortalecimento da intersetorialidade é essencial para garantir comunicação integrada, coordenação de ações e uso adequado de estruturas como o Sistema de Comando em Operações (SCO) e o Centro de Operações de Emergência (COE).

O Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil (PEPDEC) coordena ações preventivas e de resposta, com participação da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), que também integra o SCO. Em emergências de saúde pública, o COE lidera a articulação e o restabelecimento dos serviços de saúde, sendo sua ativação obrigatória em cenários reconhecidos oficialmente.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

O planejamento de contingência é uma ferramenta estratégica frente à incerteza dos desastres, permitindo respostas rápidas e adaptadas. No entanto, sua eficácia depende da implementação, treinamento contínuo, simulações e revisão periódica.

Este documento reflete o compromisso da SESA em proteger a população capixaba, promovendo uma resposta coordenada e eficaz diante de emergências, com foco na prevenção, recuperação e bem-estar das comunidades afetadas.

1.1- Objetivo Geral

Estabelecer diretrizes, procedimentos e responsabilidades para a preparação, resposta e recuperação da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo frente a desastres hidrometeorológicos, visando minimizar impactos à saúde da população, garantir a continuidade dos serviços essenciais e fortalecer a capacidade de resposta do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado.

1.1.1- Objetivos Específicos

- Organizar e integrar a atuação da SESA, regionais de saúde, municípios, COE Saúde e instituições parceiras, definindo fluxos, protocolos e estratégias de comunicação e coordenação.
- Fortalecer a preparação e resposta das equipes por meio de treinamentos, simulados e atualização contínua do plano.
- Monitorar e avaliar riscos hidrometeorológicos e vulnerabilidades, assegurando vigilância ativa e apoio às ações de prevenção.
- Garantir logística eficiente para mobilização e distribuição de insumos, equipamentos e recursos humanos durante as emergências.
- Assegurar a continuidade e o restabelecimento dos serviços de saúde, priorizando populações e áreas mais vulneráveis.
- Registrar, avaliar e aprimorar as ações executadas, subsidiando a tomada de decisão e a melhoria contínua do plano.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

2 – SITUAÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DO TERRITÓRIO

2.1 – Panorama Geral

O Espírito Santo, localizado na região Sudeste do Brasil, possui 78 municípios distribuídos em uma área de 46.098,1 km², com população estimada em 4 milhões de habitantes, concentrada principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória. O estado está dividido em três macrorregiões de saúde, quatro superintendências e quatro regiões de saúde, o que exige organização territorial específica.

Entre 2019 e 2023, 92,95% dos desastres registrados no Espírito Santo foram de origem natural, como inundações, enxurradas, deslizamentos e secas, enquanto apenas 7,05% foram tecnológicos. A geografia do estado — marcada por uma extensa planície costeira e predominância de planaltos montanhosos — influencia diretamente a vulnerabilidade aos desastres. A planície, mais suscetível a inundações, concentra-se especialmente no norte do estado. Já os planaltos, com encostas íngremes e muitos cursos d'água, são propensos a deslizamentos de terra.

Desde 2011, o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) realiza mapeamentos de risco no estado. Até 2014, foram identificados 613 setores de risco em 50 municípios, com mais de 250 mil pessoas e 60 mil moradias em áreas vulneráveis. Contudo, apenas 25 municípios tiveram atualizações após esse período, revelando a necessidade urgente de novos estudos e intervenções, especialmente na região sul, a mais afetada.

A Nota Técnica nº 1/2023 atualizou os critérios para identificar municípios prioritários para ações da União em gestão de riscos. No Espírito Santo, 71 dos 78 municípios foram classificados como em situação de risco, abrangendo cerca de 13,8% da população estadual (mais de 518 mil pessoas). Em 42 municípios, entre 20% e 40% da população vive em áreas de risco.

A presença de estabelecimentos de saúde em áreas vulneráveis também é preocupante. É essencial mapear essas unidades, avaliar sua infraestrutura, planos de evacuação e continuidade dos serviços. Essas análises serão realizadas com apoio dos municípios e das regionais de saúde para subsidiar ações de mitigação adaptadas à realidade de cada território.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

2.2 – Doenças Endêmicas e Emergentes em Cenários de Desastres Hidrológicos no Espírito Santo

As alterações ambientais e na dinâmica territorial favorecem tanto o aumento da incidência de doenças endêmicas já conhecidas quanto o surgimento de novos agravos, exigindo atenção constante dos serviços de saúde e da vigilância epidemiológica.

Entre os principais problemas de saúde associados aos desastres hidrológicos, destacam-se as doenças de veiculação hídrica, como leptospirose, hepatites virais e gastroenterites, que são frequentes após inundações e o contato com água contaminada. As arboviroses, como dengue, zika vírus, chikungunya e febre amarela, também se intensificam nesses contextos, principalmente em áreas com acúmulo de água parada, falhas no saneamento básico e proliferação do mosquito *Aedes aegypti*. Doenças respiratórias e diarreicas tendem a se agravar devido à umidade excessiva, exposição ao mofo, poeira e infraestrutura habitacional danificada. Soma-se a esses agravos a doença de Oropouche, uma arbovirose emergente transmitida pelo *Culicoides paraensis*, cujos casos vêm crescendo, com potencial de expansão impulsionado pelas mudanças climáticas e alterações ambientais.

Além dos agravos infecciosos, os desastres também aumentam a ocorrência de transtornos mentais e emocionais, como estresse agudo, ansiedade e depressão, sobretudo entre populações vulneráveis que sofreram perdas significativas, como familiares, moradias ou meios de subsistência. Acidentes físicos, como afogamentos, quedas, cortes e choques elétricos, são frequentes durante e após os eventos extremos. A desnutrição e a insegurança alimentar também surgem como consequências indiretas, decorrentes da interrupção do acesso à alimentação adequada, da perda de renda e da dificuldade de acesso a políticas sociais.

O sistema de saúde, por sua vez, sofre impactos relevantes, como a sobrecarga nos serviços de urgência e na atenção primária, a interrupção do funcionamento de unidades localizadas em áreas de risco, a escassez de medicamentos e insumos, as dificuldades logísticas no transporte e a interrupção dos serviços básicos de abastecimento de água, energia e saneamento.

Do ponto de vista ambiental, os desastres hidrológicos comprometem os sistemas de saneamento, contaminam mananciais, alteram o habitat de vetores e reservatórios de doenças e agravam as condições de vida, especialmente nas regiões mais vulneráveis.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Nesse cenário, torna-se fundamental o fortalecimento das ações de vigilância epidemiológica, educação em saúde, controle de vetores e investimentos em infraestrutura sanitária. A atuação intersetorial e a elaboração de planos de contingência articulados são estratégias essenciais para mitigar os riscos à saúde, promover respostas eficazes frente a eventos extremos e fortalecer a resiliência das comunidades capixabas diante dos impactos das mudanças climáticas.

2.3 – Ameaças e Riscos

Os desastres naturais recorrentes no Espírito Santo representam ameaças diretas e indiretas à saúde pública, impactando de maneira significativa as condições de vida da população. Enchentes e deslizamentos elevam os riscos de doenças como leptospirose, arboviroses e infecções diarreicas agudas, enquanto as estiagens comprometem a disponibilidade e a qualidade da água e dos alimentos, favorecendo o surgimento de agravos associados à desnutrição e à contaminação hídrica. As ondas de calor, por sua vez, agravam quadros cardiovasculares e respiratórios, especialmente entre idosos, crianças e pessoas com comorbidades.

Para além dos agravos físicos, observa-se um aumento expressivo de transtornos mentais entre os afetados por desastres, como ansiedade, depressão e estresse pós-traumático, exigindo suporte psicossocial como parte integrante da resposta em saúde. A resposta emergencial, no entanto, enfrenta limitações como sobrecarga dos serviços, dificuldade de acesso às áreas atingidas, escassez de insumos e descontinuidade no cuidado em saúde.

Entre 2014 e 2024, os eventos climatológicos, especialmente secas e incêndios florestais, foram os mais frequentes no Espírito Santo, seguidos por eventos meteorológicos e hidrológicos. Tempestades intensas estiveram frequentemente associadas a deslizamentos e enxurradas, resultando em perdas humanas, feridos, deslocamentos populacionais e surtos de doenças.

Diante desse cenário, torna-se essencial o fortalecimento do monitoramento epidemiológico, a integração dos sistemas de informação e a qualificação da articulação entre os setores de saúde e defesa civil. Essas ações são fundamentais para reduzir a vulnerabilidade das populações expostas e ampliar a capacidade de resposta do sistema de saúde frente aos desastres.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

2.4 – Capacidade Instalada para o Enfrentamento de Desastres Hidrometeorológicos

O Espírito Santo possui uma estrutura de saúde relativamente preparada para responder a desastres de menor magnitude. No entanto, eventos mais intensos revelam fragilidades importantes, sobretudo em unidades de saúde localizadas em áreas de risco geológico ou sujeitas a inundações. Prontos-socorros, Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), hospitais e Unidades Básicas de Saúde (UBSs) podem ter seu funcionamento comprometido, o que prejudica significativamente o atendimento à população nos momentos de maior necessidade.

Entre os principais desafios enfrentados estão a sobrecarga hospitalar, a dificuldade de acesso físico a áreas afetadas, a desorganização dos fluxos assistenciais e a insuficiência de insumos e equipamentos essenciais. Dados oriundos do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do e-SUS Vigilância em Saúde (VS) e do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD) indicam que os impactos são mais intensos em áreas periféricas e rurais, onde são mais frequentes os surtos de arboviroses, doenças respiratórias e diarreicas durante e após os eventos hidrometeorológicos.

Para o fortalecimento da capacidade de resposta frente aos desastres, é fundamental reforçar a integração entre os setores de saúde e defesa civil, qualificar a gestão de riscos e os fluxos de comunicação interinstitucional, criar planos extraordinários que assegurem o funcionamento dos serviços mesmo em situações adversas e investir na resiliência da infraestrutura de saúde, garantindo sua continuidade operacional durante e após os eventos climáticos extremos.

2.5 – Fontes de Dados

As fontes de dados utilizadas neste estudo incluem registros do Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), que cobrem o período de 2014 a 2024, fornecendo informações sobre as tipologias de desastres naturais e seus impactos, como óbitos, feridos e enfermos. Também foram consultados dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) até 2020, e, a partir de 2020, os dados do Sistema de Informação em Saúde e-SUS Vigilância em Saúde (VS), adotado no Estado do Espírito Santo para a notificação compulsória de doenças e agravos. Além disso, o estudo se baseou em informações e análises



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

de fontes oficiais, como o Ministério da Saúde e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), sobre as consequências dos desastres naturais na saúde pública.

3 – DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO E CENÁRIOS DE RISCO

Os desastres naturais impõem grandes desafios à saúde pública, tanto pela disseminação de doenças transmissíveis quanto pelos impactos na saúde mental das populações e nas capacidades operacionais dos serviços de saúde. Dificuldades como o acesso restrito às áreas afetadas, a sobrecarga dos atendimentos e a escassez de insumos tornam a resposta às emergências ainda mais complexa. Nesse contexto, estratégias de vigilância epidemiológica eficientes e a articulação intersetorial são fundamentais para mitigar danos e garantir respostas rápidas e eficazes.

O crescimento urbano acelerado e desordenado, aliado ao aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, tem contribuído para a ocorrência de catástrofes em centros urbanos de todos os portes. A ocupação inadequada de encostas e planícies de inundação, sem planejamento ou critérios técnicos, agrava a vulnerabilidade social, ambiental e estrutural, elevando o número de vítimas e os prejuízos materiais.

Com o objetivo de identificar e compreender os principais riscos no Espírito Santo, órgãos federais e estaduais desenvolveram produtos técnicos voltados à caracterização das ameaças e à gestão do risco de desastres. A análise de vulnerabilidade permite avaliar como fatores sociais, ambientais, econômicos e infraestruturais aumentam a suscetibilidade da população a eventos como enchentes, tempestades, deslizamentos, estiagens e ondas de calor.

As populações mais vulneráveis, concentradas em áreas periféricas e rurais, enfrentam infraestrutura precária, exposição direta a riscos ambientais e dificuldades de acesso aos serviços de saúde. Grupos em situação de pobreza, especialmente os que dependem da agricultura, têm menos capacidade de adaptação e recuperação. A deficiência nos sistemas de drenagem urbana agrava os efeitos das enchentes, enquanto a ocupação irregular de encostas e margens de rios eleva o risco de deslizamentos.

O estado também sofre com impactos ambientais intensificados pelas mudanças climáticas, como chuvas extremas e estiagens prolongadas. A degradação ambiental — causada por desmatamento, uso inadequado do solo e ocupações irregulares — reduz a capacidade natural de absorção da água da chuva, ampliando a frequência e a gravidade dos desastres.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

A vulnerabilidade econômica é expressiva, especialmente no setor agrícola, com perdas de safra que afetam a segurança alimentar e agravam a pobreza. Além disso, os custos de reconstrução e resposta às emergências comprometem os recursos públicos.

Na saúde, os desastres hidrometeorológicos aumentam a incidência de doenças respiratórias, gastrointestinais, de veiculação hídrica (como leptospirose) e arboviroses (como dengue, zika e chikungunya). Crianças, idosos e pessoas com doenças crônicas são especialmente afetadas. Embora existam estruturas de resposta, como a Defesa Civil e o Programa Vigidesastres, persistem desafios logísticos, de acesso e de recursos. A coordenação intersetorial ainda precisa ser fortalecida.

Diante do agravamento dos eventos climáticos, a análise de vulnerabilidades é essencial para subsidiar políticas públicas, ações preventivas e investimentos em infraestrutura resiliente, visando à redução de riscos e à proteção da população e dos sistemas essenciais do Espírito Santo.

4 - ESTRATÉGIA DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA DESASTRES HIDROMETEOROLÓGICO:

Estágios operacionais

A implementação do Plano Estadual de Contingência para desastres hidrometeorológicos será conforme orientado no “Guia para Elaboração de Planos de Contingência” (Brasil, 2024b), que estabelece cinco estágios operacionais, combinado com indicadores de saúde, ambientais e socioeconômicos.

O enquadramento do Estado do Espírito Santo nos estágios operacionais, bem como o envio de alertas às áreas técnicas contempladas neste plano, referentes aos estágios e suas alterações, será de responsabilidade da equipe do Vigidesastres Estadual.

O Quadro 2 descreve os estágios operacionais, bem como os indicadores que podem ser utilizados.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Quadro 1 – Estágios Operacionais, Descrição de Cenário e Indicadores a Serem Utilizados no Plano

ESTÁGIO	DESCRIÇÃO CENÁRIO	INDICADORES
NORMALIDADE	Monitoramento ativo de situações climáticas e riscos hidrológicos relacionados às chuvas intensas no Estado, por meio das informações, boletins, alertas e avisos emitidos pela Defesa Civil Estadual. O Estado encontra-se dentro do período sazonal de chuvas intensas, porém sem ocorrências.	Sem emissão de alertas e avisos para condições meteorológicas com probabilidade de ocorrência de tempo severo, com possibilidade de chuvas periódicas de intensidade moderada a severa
MOBILIZAÇÃO	Previsões meteorológicas indicam chuvas mais intensas para os próximos dias. O volume de chuva aumenta ocasionando pequenos alagamentos em áreas de risco. A população começa a sentir os primeiros impactos leves. Aumento do nível de alerta conforme dados boletim de avisos meteorológicos e alertas Estado do Espírito Santo.	- Emissão de alertas vigentes pelos órgãos oficiais (INMET, CEMADEN e Defesa Civil), indicando previsão de tempo severo, com acúmulo significativo de chuvas e outros riscos associados. - Um ou mais alertas geohidrológicos de nível “Alto” emitidos pelo CEMADEN. - Um ou mais alertas de nível “Perigo” emitidos pelo INMET. - Prognóstico meteorológico da Defesa Civil Estadual prevendo: • Chuvas entre 30 e 60 mm/h ou 50 e 100 mm/dia; • Ventos intensos entre 60 e 100 km/h. - Registros de incidentes de alagamento em áreas vulneráveis.
ALERTA	Caracteriza-se pela presença de indícios concretos de um evento com potencial de evoluir para uma emergência, como a ocorrência de chuvas intensas em pelo menos um município, com possibilidade de intensificação e expansão para outras localidades. Nesse estágio, são identificadas áreas com risco de deslizamento, elevação dos índices pluviométricos e registros de alagamentos em zonas urbanas vulneráveis. Também são observados deslizamentos de terra em	- Um ou mais rumores confirmados sobre a ocorrência de desastres, como deslizamentos, alagamentos, enxurradas ou inundações. - Alteração do nível de alerta de “Alto” para “Muito Alto” (CEMADEN) e/ou de “Perigo” para “Grande Perigo” (INMET). - Prognóstico meteorológico da defesa civil estadual indicando agravamento das condições, com previsão de chuvas intensas (>100 mm/24h), rajadas de vento acima de 60 km/h e possibilidade de alagamentos ou enxurradas. - Previsão probabilística apontando risco de precipitações intensas em áreas vulneráveis.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	áreas de encosta, com início do processo de evacuação por parte de algumas famílias. As chuvas intensas já registram eventos com danos humanos e impactos significativos, indicando possível sobrecarga nos serviços de saúde, com risco de exceder a capacidade de resposta de determinados municípios.	- Duração contínua de chuvas intensas, medida em horas. - Impactos na População e no Território • 20% da população residente em áreas de risco atingida por inundações ou movimentos de massa. • Um ou mais municípios do Estado em estágio de alerta, com instalação de abrigos, registro de desalojados, ocorrência de inundações e restrições de acesso à população. • Situação de pontes, estradas e outras infraestruturas críticas afetadas, causando dificuldade de locomoção e transporte, bem como restrições de acesso a estabelecimentos de saúde. - Impactos no Sistema de Saúde • Um ou mais municípios apresentando aumento da demanda nos serviços de saúde por atendimentos relacionados ao desastre. • Ocupação de 20% ou mais dos leitos hospitalares e de UTI por causas associadas ao evento (traumas, afogamentos, leptospirose, doenças diarreicas agudas, entre outros). • Encerramento temporário de unidades de saúde ou comprometimento de áreas de atendimento de emergência devido a danos estruturais ou operacionais. • Inclusão do percentual de ocupação de leitos e do percentual de portas de serviços comprometidas, para análise da capacidade de resposta. - Apesar dos impactos, os municípios mantêm capacidade de resposta ao evento, com acompanhamento das regionais de saúde e apoio da SESA-ES para situações pontuais.
--	--	---



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**SITUAÇÃO DE
EMERGÊNCIA**

Chuvas intensas e persistentes provocam inundações graves, deslizamentos de terra e o transbordamento de rios, impactando um ou mais municípios. Como consequência, infraestruturas críticas, como estradas, pontes e redes de eletricidade e telecomunicações, sofrem danos ou tornam-se inoperantes, dificultando o deslocamento e a comunicação. O número de pessoas desabrigadas e desalojadas cresce rapidamente, enquanto os serviços de saúde enfrentam sobrecarga e interrupções, comprometendo o atendimento à população. Além disso, a escassez de água, alimentos e insumos estratégicos agrava ainda mais a crise humanitária. Diante da gravidade da situação, evacuações emergenciais são necessárias, assim como a abertura de abrigos temporários e a realização de buscas e resgates. A resposta à emergência busca mitigar os impactos e restabelecer a normalidade conforme a complexidade do evento.

- Persistência de alertas meteorológicos de “Grande Perigo” (INMET) e/ou de nível “Muito Alto” (CEMADEN), abrangendo mais de 20% do território estadual.
- Solicitações simultâneas de reconhecimento de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública por pelo menos 10% dos municípios do Estado.
- Mais de 30% das residências de uma localidade afetadas (alagadas, destruídas ou interditadas).
- Interrupção de vias rodoviárias ou ferroviárias estratégicas estaduais por período superior a 48 horas. Colapso de sistemas de energia elétrica ou telecomunicações em áreas urbanas, afetando mais de 10% da população local.
- Mais de 10% da população municipal desabrigada e/ou desalojada.
- Registros de óbitos ou desaparecimentos diretamente relacionados ao evento.
- Impactos na Infraestrutura de Saúde
 - 30% das unidades de saúde de uma região atingidas por danos estruturais e com serviços interrompidos.
 - 30% da população residente em áreas de risco atingida por inundações ou movimentos de massa.
 - Taxa de ocupação de 50% dos leitos hospitalares e de UTI por causas relacionadas ao evento (traumas, afogamentos, leptospirose, doenças diarreicas agudas, entre outros).
- **Indicadores Epidemiológicos**
Aumento de 30% nas notificações semanais em relação à média histórica de agravos como: leptospirose, hepatites virais (A e E), acidentes com animais peçonhentos, doenças diarreicas agudas e afogamentos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CRISE

Caracteriza-se por uma emergência de grande magnitude, com rupturas nos processos e interrupção de serviços essenciais, acarretando perdas humanas e impactos econômicos e sociais significativos. As chuvas intensas e persistentes causam inundações generalizadas, deslizamentos em encostas e transbordamentos de rios, provocando devastação extensa à infraestrutura, residências e meios de subsistência. Serviços essenciais, como energia elétrica, abastecimento de água, telecomunicações e segurança pública, encontram-se gravemente comprometidos. A falência das estruturas de contenção agrava a situação, afetando diretamente os setores de saúde, transporte, logística, segurança pública e assistência social. O elevado número de desabrigados e desalojados demanda assistência humanitária urgente, incluindo resgates, apoio médico e abrigos temporários. A infraestrutura municipal sofre desabastecimento de energia, água, alimentos e combustíveis, com isolamento de diversas áreas.

O acionamento do ****Estágio Roxo**** implica a mobilização total das equipes de resposta, a ativação de planos emergenciais adicionais e, possivelmente, a solicitação de apoio federal para mitigação dos impactos.

- Condições Meteorológicas e Ambientais

- Volume de chuva acumulado superior aos limiares críticos para inundações e deslizamentos, conforme dados da Defesa Civil.
- Persistência de chuvas intensas (>100 mm em 24 horas) em áreas vulneráveis.

- Impacto na Infraestrutura e Serviços de Saúde

- Mais de 50% das unidades de saúde de uma região atingidas por danos estruturais, com interrupção total ou parcial dos serviços.
- Colapso na gestão de recursos e insumos de saúde, com falta crítica de medicamentos e materiais essenciais.
- Inoperância parcial ou total dos sistemas de saúde de baixa, média ou alta complexidade.
- Colapso do sistema de saúde devido à insuficiência de recursos para manejo da emergência.
- Taxa de ocupação superior a 60% dos leitos hospitalares e de UTI por causas relacionadas ao evento (traumas, afogamentos, leptospirose, doenças diarreicas agudas etc.).
- Aumento significativo nos atendimentos emergenciais, incluindo afogamentos, traumas, infecções respiratórias e intoxicações por contaminação hídrica.

- Impactos na População

- Mais de 20% da população municipal desabrigada e/ou desalojada, com superação da capacidade de abrigos existentes.
- Mais de 50% da população residente em áreas de risco atingida por inundações ou movimentos de massa.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Infraestrutura e Logística • Danos severos em vias principais (estradas, pontes) com interdição por alagamentos, deslizamentos ou colapso, dificultando acesso a serviços de emergência. • Falta de abastecimento de água, energia elétrica e telecomunicações em áreas críticas, comprometendo serviços essenciais. • Insuficiência de recursos humanos e logísticos, demandando reforço estadual ou federal para atendimento. - Solicitações simultâneas de reconhecimento de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública por mais que 10% dos municípios do Estado. - Dificuldade extrema na execução das ações do plano de contingência, mesmo com adoção de medidas extraordinárias.
--	---

É fundamental destacar que a implementação dos estágios operacionais deve ser adaptada conforme as particularidades socioeconômicas, ambientais e territoriais de cada município, bem como considerando a gravidade, a extensão e a natureza específica do evento em questão. Essa flexibilidade permite uma resposta mais eficaz e contextualizada às diferentes realidades locais.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Fontes de Monitoramento:

CEPDEC/ DEFESA CIVIL ESTADUAL:

Boletins: <https://alerta.es.gov.br/boletim-meteorologico>

Alertas: <https://alerta.es.gov.br/>

CEMADEN: <https://painelalertas.cemaden.gov.br/>

INMET: <https://alertas2.inmet.gov.br/>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**5 - ORGANIZAÇÃO DE CADA SETOR PARA RESPOSTA A DESASTRES
PROVOCADOS POR EVENTOS HIDROMETEOROLÓGICOS**

5.1 – EIXO GESTÃO:

SETOR: Secretário de Estado da Saúde	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Integrar a equipe de saúde para atualizar o plano de contingência e revisar as ações setoriais. - Definir os fluxos de atuação, responsabilidades na gestão da Secretaria e atribuir responsabilidades a cada setor. - Acompanhar as informações de monitoramento, alertas e estágios fornecidos pelo Programa Vigidesastres. - Preparar a equipe para a ativação do COE Saúde. - Manter comunicação contínua com o COE, Vigidesastres e CIEVS para acompanhamento e acionamento das ações.
MOBILIZAÇÃO	- Preparar a equipe de gestão para caso seja ativado o COE Saúde. - Estabelecer uma comunicação frequente e estruturada com os integrantes do COE, a equipe técnica do Vigidesastres e o CIEVS, garantindo o acompanhamento e monitoramento contínuo das informações relevantes. Dessa forma, é possível acionar, de maneira oportuna, as ações necessárias sob a responsabilidade de cada setor.
ALERTA	- Ativar o COE Saúde Estadual e, conforme necessário, o COE Regional nas regiões atingidas, com a participação dos gestores das regionais de saúde dos municípios afetados, da equipe de Vigilância e Gestão de Emergências em Saúde Pública e da gestão estadual da assistência à saúde, para monitorar, acompanhar e emitir relatórios que subsidiem a tomada de decisão. - Monitorar continuamente as informações emitidas pela equipe estadual do Programa Vigidesastres, referentes a alertas, avisos e estágios de acionamento.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Coordenar as reuniões e ações do Centro de Operações de Emergência (COE) ou, na impossibilidade, delegar a um responsável para assumir a função. - Avaliar a necessidade de envio de uma missão exploratória da equipe de resposta rápida aos municípios afetados, considerando a gravidade do desastre e as demandas emergentes. - Caso necessário, autorizar e coordenar o deslocamento da equipe, garantindo suporte técnico adequado para avaliação situacional, identificação de necessidades e implementação de ações estratégicas de resposta. - Definir um porta-voz oficial para a imprensa, responsável por fornecer informações precisas e atualizadas sobre os eventos,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	garantindo uma comunicação clara e coordenada com os meios de comunicação. - Articular com superintendentes e subsecretários da Secretaria Estadual de Saúde estratégias para o atendimento oportuno das demandas das Secretarias Municipais de Saúde. - Organizar o envio de recursos adicionais (materiais e humanos) para o enfrentamento da emergência de saúde pública. - Acompanhar o desenvolvimento das ações de saúde previstas no Plano de Contingência Estadual para Desastres. - Garantir o envio de equipe de campo quando necessário, conforme as necessidades específicas de cada município. - Apoiar a execução das ações estabelecidas no plano de ação estadual. - Convocar os subsecretários para mobilização das áreas técnicas afins, com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento das ações emergenciais. - Solicitar aos subsecretários a mobilização das áreas técnicas para cumprimento de suas atribuições conforme o Plano de Contingência.
CRISE	- Coordenar as reuniões do Centro de Operações de Emergências (COE) em regime permanente, garantindo resposta imediata e contínua à crise. - Desencadear imediatamente o envio de equipes de resposta rápida aos municípios afetados, priorizando áreas de maior gravidade e risco. - Ampliar a mobilização de recursos humanos, logísticos e financeiros, solicitando reforço estadual e federal para suprir demandas críticas. - Coordenar o deslocamento emergencial de equipes especializadas, incluindo profissionais de saúde, logística e assistência social, garantindo suporte técnico para avaliação situacional e implementação de medidas estratégicas de resposta. - Designar um porta-voz oficial exclusivo para a crise, responsável por atualizações constantes à imprensa e comunicação unificada entre os órgãos envolvidos. - Estabelecer uma central de comando integrada, assegurando articulação entre a Secretaria Estadual de Saúde (SES) e as regionais de saúde, funcionado como COE SAÚDE SESA interligados aos COEs - regionais. - Priorizar o envio emergencial de insumos, medicamentos e equipamentos essenciais, com monitoramento contínuo dos estoques e reposição imediata conforme necessidade. - Monitorar e fortalecer a capacidade dos serviços de saúde, incluindo redistribuição de pacientes entre unidades hospitalares para evitar colapso. - Convocar e mobilizar todas as áreas técnicas afins, garantindo a máxima eficiência na execução das ações emergenciais. - Reavaliar constantemente a evolução da crise e ajustar as estratégias de resposta conforme a necessidade, garantindo que todas as ações sejam adaptáveis e eficazes diante do cenário extremo.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

SETOR: Gerência de Comunicação	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Produzir alertas sobre riscos sanitários relacionados ao desastre, incluindo doenças hídricas, segurança alimentar e saúde mental, para os estágios de alerta, emergência e crise. - Elaborar materiais educativos em diversos formatos (vídeos, cards, webinários, cartazes, folders, áudios) para ampla divulgação das orientações à população. - Desenvolver e coordenar campanhas de prevenção e proteção, com diretrizes construídas em conjunto com as áreas técnicas da Secretaria. - Participar de simulados e reuniões para capacitação contínua das equipes na resposta a emergências em saúde pública.
MOBILIZAÇÃO	Idem às ações descritas na fase de normalidade, com uma atenção maior em relação a possível acionamento
ALERTA	- Emitir alertas e materiais educativos à população sobre riscos sanitários relacionados ao desastre, incluindo doenças de veiculação hídrica, segurança alimentar e impactos na saúde mental, visando ampliar as ações de prevenção e mitigação. - Participar do COE SAÚDE para acompanhar informações e coordenar demandas junto à imprensa e demais órgãos. - Definir, em conjunto com o Secretário de Estado, a estratégia de comunicação, conforme o plano de gestão de entrevistas e coletivas de imprensa elaborado na fase de normalidade. - Realizar contato com Assessoria de Comunicação do município afetado para colaborar com comunicações sobre saúde. - Definir porta-voz da Secretaria da Saúde para a imprensa. - Elaborar informes para a imprensa - Monitorar redes sociais e veículos de comunicação para identificar e corrigir informações equivocadas.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Manter o site da Secretaria de Estado da Saúde constantemente atualizado com informações estratégicas e relevantes sobre os eventos, garantindo que a população tenha acesso a dados confiáveis e atualizados. - Ampliar a divulgação de materiais educativos por meio de diferentes formatos, como vídeos, cards informativos, webinários, cartazes, folders, releases e áudios, visando orientar a população sobre medidas de prevenção, cuidados com a saúde e procedimentos a serem adotados durante e após os eventos. Promover junto às Regionais de Saúde e Municípios a divulgação de materiais educativos (cartilhas e folders) disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria da Saúde; - Divulgar amplamente nas mídias locais, por meio de parcerias com empresas de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	comunicação (portais de internet, veículos de imprensa, operadores de telefonia, entre outros) para dar suporte à divulgação de informações úteis à sociedade; - Dar suporte ao porta-voz oficial para a imprensa, responsável por fornecer informações precisas e atualizadas sobre os eventos, garantindo uma comunicação clara e coordenada com os meios de comunicação. - Participar do COE -SAÚDE. - Realizar o acompanhamento de redes sociais e veículos de comunicação para identificar e corrigir informações errôneas.
CRISE	- Idem às ações descritas na fase de emergência, com maior atenção e intensidade.

SETOR: Subsecretário Estadual Assunto Administrativo Financeiro Atenção à Saúde	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Garantir previsão orçamentária e instrumentos legais para a aquisição de equipamentos, medicamentos, insumos, materiais e para a provisão de recursos humanos em emergências de saúde pública. - Formalizar atas de registro de preços para assegurar rápida disponibilidade de recursos. - Elaborar fluxo de trabalho para aquisição ágil de materiais em situação de emergência. - Acompanhar alertas, avisos e estágios emitidos pelo Programa Vigidesastres. - Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficientes.
MOBILIZAÇÃO	Idem às ações descritas na fase de normalidade, com uma atenção maior em relação a possível acionamento
ALERTA	- Articular, junto à equipe sob sua responsabilidade, a preparação das ações previstas na fase de normalidade, garantindo que, em caso de alteração imediata para os estágios de emergência ou crise, todos estejam prontos para executar as atividades de forma oportuna e coordenada com toda a gestão da SESA-ES. - Participar do COE-Saúde, atuando conforme os estágios de preparação e resposta à emergência em saúde pública e as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta. - Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES. - Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise.
CRISE	- Idem às ações descritas na fase de emergência, com maior atenção e intensidade.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

SETOR: Subsecretaria de Estado Contratualização em Saúde	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Elaborar plano estratégico para gerir financeiramente a execução de contratos emergenciais, assegurando rápida liberação de recursos para aquisição de insumos, contratação de serviços e ampliação dos serviços contratualizados da rede hospitalar e de urgência e emergência durante situações de emergência ou crise decorrentes de desastres. - Trabalhar em conjunto com as demais subsecretarias e órgãos competentes para assegurar que os contratos emergenciais atendam às necessidades operacionais no enfrentamento da crise. - Acompanhar as informações emitidas pela equipe estadual do Programa Vigidesastres referentes a alertas, avisos e estágios de acionamento. - Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficientes.
MOBILIZAÇÃO	Idem às ações descritas na fase de normalidade, com uma atenção maior em relação a possível acionamento
ALERTA	- Articular, junto à equipe sob sua responsabilidade, a preparação das ações previstas na fase de normalidade, garantindo que, em caso de alteração imediata para os estágios de emergência ou crise, todos estejam prontos para executar as atividades de forma oportuna e coordenada com toda a gestão da SESA-ES. - Participar do COE-Saúde, atuando conforme os estágios de preparação e resposta à emergência em saúde pública e as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta. - Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES. - Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise.
CRISE	- Idem às ações descritas na fase de emergência, com maior atenção e intensidade.

SETOR: Gerência de Compras, Contratos e Convênios	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Organizar e monitorar estoques de materiais, insumos e equipamentos para garantir distribuição eficiente durante emergências. - Elaborar plano logístico para coordenar a distribuição aos municípios afetados, incluindo rotas, prazos e acompanhamento em parceria com órgãos municipais. - Estabelecer comunicação eficiente entre setores para compartilhar informações sobre necessidades, demandas e aquisições, assegurando fornecimento e entrega pontual.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

MOBILIZAÇÃO	Idem às ações descritas na fase de normalidade, com uma atenção maior em relação a possível acionamento
ALERTA	- Articular, junto à equipe sob sua responsabilidade, a preparação das ações previstas na fase de normalidade, garantindo que, em caso de alteração imediata para os estágios de emergência ou crise, todos estejam prontos para executar as atividades de forma oportuna e coordenada com toda a gestão da SESA-ES.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES. - Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise.
CRISE	- Idem às ações descritas na fase de emergência, com maior atenção e intensidade.

SETOR: Gerência de Recursos Humanos - SESA

ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Elaborar plano com previsão orçamentária para pagamento de horas extras e apoios financeiros aos profissionais da Secretaria de Estado da Saúde mobilizados em emergências ou crises durante desastres hidrológicos, garantindo suporte à atuação em campo. - Adotar medidas legais que permitam a convocação dos recursos humanos necessários nessas situações.
MOBILIZAÇÃO	Idem às ações descritas na fase de normalidade, com uma atenção maior em relação a possível acionamento
ALERTA	- Articular, junto à equipe sob sua responsabilidade, a preparação das ações previstas na fase de normalidade, garantindo que, em caso de alteração imediata para os estágios de emergência ou crise, todos estejam prontos para executar as atividades de forma oportuna e coordenada com toda a gestão da SESA-ES.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES. - Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise.
CRISE	- Idem às ações descritas na fase de emergência, com maior atenção e intensidade.

SETOR: Diretor do Instituto Capixaba Ensino, Pesquisa e Inovação em Saúde

ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Elaborar normativas que permitam a atuação de profissionais do Qualifica-APS em municípios diferentes da sua lotação, em casos de cooperação intermunicipal. - Organizar o cadastro e o treinamento de voluntários, integrando os protocolos existentes da Secretaria de Estado da Saúde para atuação em



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	desastres hidrológicos, sendo essa equipe gerida pela equipe responsável pela gestão do desastre na Saúde. - Elaborar protocolo para suspensão das atividades de rotina dos profissionais, conforme os estágios de emergência ou crise em desastres hidrológicos. - Definir pontos focais em residência, provimento e jurídico para otimizar organização, comunicação e coordenação interna. - Acompanhar as informações emitidas pela equipe estadual do Programa Vigidesastres referentes a alertas, avisos e estágios de acionamento. - Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficientes.
MOBILIZAÇÃO	Idem às ações descritas na fase de normalidade, com uma atenção maior em relação a possível acionamento.
ALERTA	- Articular, junto à equipe sob sua responsabilidade, a preparação das ações previstas na fase de normalidade, garantindo que, em caso de alteração imediata para os estágios de emergência ou crise, todos estejam prontos para executar as atividades de forma oportuna e coordenada com toda a gestão da SESA-ES. - Participar do COE-Saúde, atuando conforme os estágios de preparação e resposta à emergência em saúde pública e as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	Garantir a execução das ações previstas na fase de normalidade, seguindo as necessidades e prioridades definidas pelo COE-Saúde ES. - Assegurar que a equipe esteja preparada para atuar de forma coordenada e eficiente com toda a gestão da SESA-ES, garantindo a pronta resposta em situações de emergência ou crise. - Participar ativamente do COE-Saúde SESA, contribuindo para a tomada de decisões e a implementação das ações de resposta
CRISE	- Idem às ações descritas na fase de emergência, com maior atenção e intensidade.

SETOR: Subsecretaria de Estado de Atenção à Saúde:

ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Acionar toda a equipe para definir o papel da gestão da Assistência à Saúde da SESA/ES, garantindo apoio adequado aos municípios em emergências ou crises causadas por desastres hidrometeorológicos. - Levantar, por município, cenários de risco e capacidade instalada, considerando perdas de equipamentos de saúde em áreas vulneráveis. - Elaborar, com base nesse diagnóstico, ações estratégicas integradas com setores de regulação, SAMU, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, superintendências regionais, Vigidesastres e outros, visando um plano extraordinário para resposta a emergências críticas. - Monitorar e validar o plano, assegurando que todos os envolvidos estejam cientes e preparados para sua execução.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Organizar ações integradas entre APS, redes de saúde, Saúde Mental, programas e serviços, para apoio direto aos municípios afetados. - Promover estratégias para ofertar capacitação para gestores de urgência e emergência na elaboração de planos para múltiplas vítimas. - Mapear e adquirir antecipadamente materiais e equipamentos para instalação rápida de salas de estabilização e unidades móveis independentes de serviços essenciais. - Acompanhar alertas e avisos emitidos pelo Vigidesastres. - Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde quando ativado, garantindo coordenação e comunicação eficientes.
MOBILIZAÇÃO	- Acionar a equipe de trabalho da subsecretaria e acompanhar de forma contínua as informações, avaliações e decisões, conforme a evolução do cenário de risco relacionado aos desastres. As ações devem ser ajustadas conforme o desenvolvimento da situação, garantindo uma resposta ágil e coordenada diante das necessidades emergenciais. - Acionar a equipe para revisar os instrumentos elaborados na fase de normalidade, assegurando que estejam atualizados e adequados para uma possível resposta à emergência. Garantir um nível de preparação elevado, permitindo uma atuação coordenada, organizada e eficaz diante de eventuais crises. - Acompanhar as informações e orientações enviadas no grupo de gestão pela equipe técnica do Programa Vigidesastres.
ALERTA	- Acionar a equipe sob sua gestão para, em conjunto com as regionais de saúde, realizar o monitoramento da rede de assistência à saúde da região. Esse acompanhamento deve incluir a avaliação da capacidade instalada, da demanda por serviços, do nível de comprometimento da rede e da possibilidade de expansão da assistência, garantindo uma resposta eficiente e coordenada diante das necessidades emergenciais. - Ampliar o nível preparação conforme as ações definidas. - Participar do COE-Saúde, atuando conforme os estágios de preparação e resposta à emergência em saúde pública e as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Participar ativamente do COE-Saúde, garantindo a articulação e integração das estratégias de resposta. - Assegurar o acionamento e a atuação de toda a equipe, definindo de forma clara o papel da gestão da Assistência à Saúde da SESA-ES junto às equipes das regionais de saúde no suporte aos municípios afetados por desastres hidrometeorológicos. - Determinar que a equipe de gestão realize o levantamento detalhado da situação dos municípios atingidos, incluindo a capacidade instalada dos serviços de saúde e possíveis perdas de equipamentos essenciais, em estreita colaboração com a equipe da regional de saúde do território afetado, que seja de forma organizada e coordenada, e todas as informações sejam repassadas ao CIEVS SESA, que é o setor responsável por consolidar todas as informações e emitir relatório diários ao COE SAÚDE Estadual.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Com base nesse diagnóstico, elaborar e implementar ações estratégicas integradas com os setores responsáveis pela regulação de urgência e emergência, regulação de leitos hospitalares, SAMU, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil estadual e municipal, superintendências regionais de saúde, Programa Vigidesastres, entre outros atores envolvidos. - Executar o plano extraordinário de resposta, contemplando a evacuação imediata de unidades de saúde comprometidas, a realocação segura de pacientes e a garantia de acesso aos serviços de emergência. - Mobilizar as áreas de Atenção Primária, redes de saúde, Saúde Mental e demais serviços, promovendo a oferta de ações integradas que assegurem o suporte adequado aos municípios atingidos. - Apresentar uma lista detalhada das necessidades de recursos humanos, insumos e equipamentos a serem providenciados para os municípios em situação crítica devido ao desastre. - Avaliar, em conjunto com os municípios atingidos, a necessidade de acionamento da Força Nacional do SUS, considerando a gravidade da situação, a capacidade local de resposta e a necessidade de reforço nas ações de assistência à saúde. Essa avaliação deve ser repassada ao COE Saúde Estadual para que a decisão e os encaminhamentos necessários sejam adotados.
CRISE	- Ampliar as ações descritas no estágio de emergência, ajustando e intensificando os esforços para responder à crescente demanda e complexidade da situação, garantindo uma atuação mais eficaz e abrangente. - Reforçar a capacidade de apoio aos municípios, mobilizando recursos adicionais e ampliando a coordenação entre as equipes locais, regionais e estaduais, para otimizar a resposta emergencial e minimizar os impactos do desastre. - Solicitar apoio ao Ministério da Saúde, para garantir o envio de recursos, equipes especializadas e materiais essenciais, de forma a fortalecer a resposta estadual e municipal e assegurar o atendimento adequado às necessidades de saúde da população afetada (Após definição no COE SAUDE SESA).



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

SETOR: Subsecretaria Regulação de Acesso em Saúde	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Contribuir na elaboração do Plano Extraordinário para assegurar a assistência à saúde em situações de calamidade ou risco de perda de serviços essenciais. - Desenvolver protocolo ágil de regulação de leitos por especialidade, priorizando vítimas conforme gravidade, otimizando recursos e prevendo a evacuação de hospitais em áreas afetadas. - Garantir a participação da equipe de gestão em simulados de emergências relacionadas a desastres hidrológicos. - Monitorar alertas e estágios emitidos pelo Programa Vigidesastres. - Estar pronto para integrar o COE Estadual Saúde, garantindo coordenação e comunicação eficaz com a equipe.
MOBILIZAÇÃO	- Acionar a equipe de trabalho da subsecretaria e acompanhar de forma contínua as informações, avaliações e decisões, conforme a evolução do cenário de risco relacionado aos desastres. As ações devem ser ajustadas conforme o desenvolvimento da situação, garantindo uma resposta ágil e coordenada diante das necessidades emergenciais. - Acompanhar as informações e orientações enviadas no grupo de gestão pela equipe técnica do Programa Vigidesastres.
ALERTA	- Acionar a equipe sob sua gestão para, em conjunto com as regionais de saúde, realizar o monitoramento da rede de assistência à saúde da região. Esse acompanhamento deve incluir a avaliação da capacidade instalada, da demanda por serviços, do nível de comprometimento da rede e da possibilidade de expansão da assistência, garantindo uma resposta eficiente e coordenada diante das necessidades emergenciais. - Ampliar o nível preparação conforme as ações definidas. - Participar do COE-Saúde, atuando conforme os estágios de preparação e resposta à emergência em saúde pública e as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Participar ativamente do COE-Saúde, garantindo a articulação e integração das estratégias de resposta. - Integrar a equipe da regulação de acesso em saúde com a equipe da Gestão da Atenção à Saúde, para determinar que seja realizado um levantamento detalhado da situação dos municípios afetados, incluindo a avaliação da capacidade instalada dos serviços de saúde e a identificação de possíveis perdas de equipamentos essenciais, em estreita colaboração com a equipe da regional de saúde responsável pelo território impactado. - Com base nesse diagnóstico, elaborar e implementar ações estratégicas integradas com os setores responsáveis pela regulação de urgência e emergência, regulação de leitos hospitalares, SAMU, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil estadual e municipal, superintendências regionais de saúde, Programa Vigidesastres, entre outros atores envolvidos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Executar o plano extraordinário de resposta, contemplando a evacuação imediata de unidades de saúde comprometidas, a realocação segura de pacientes e a garantia de acesso aos serviços de emergência. - Acionar o protocolo diferenciado e eficiente de regulação de leitos nas diversas especialidades, considerando a emergência em saúde pública relacionada a desastres hidrológicos, conforme elaborado no estágio de normalidade.
CRISE	- Ampliar as ações descritas no estágio de emergência, ajustando e intensificando os esforços para responder à crescente demanda e complexidade da situação, garantindo uma atuação mais eficaz e abrangente. - Reforçar a capacidade de apoio aos municípios, mobilizando recursos adicionais e ampliando a coordenação entre as equipes locais, regionais e estaduais, para otimizar a resposta emergencial e minimizar os impactos do desastre

SETOR: Subsecretaria Vigilância em Saúde	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Garantir que os responsáveis pelos setores atualizem suas ações de forma integrada e organizada, assegurando preparo para respostas rápidas e eficazes em emergências ou crises hidrometeorológicas. - Planejar o suporte logístico, financeiro e técnico necessário, garantindo a disponibilidade imediata de recursos ao acionar o plano em situações de emergência. - Estar preparado para integrar o COE Estadual Saúde, assegurando coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua gestão. - Elaborar plano eficiente para convocação e condições adequadas aos profissionais atuantes em campo durante desastres hidrometeorológicos.
MOBILIZAÇÃO	- Acionar a equipe de trabalho da subsecretaria e acompanhar de forma contínua as informações, avaliações e decisões, conforme a evolução do cenário de risco relacionado aos desastres. As ações devem ser ajustadas conforme o desenvolvimento da situação, garantindo uma resposta ágil e coordenada diante das necessidades emergenciais. - Acompanhar as informações e orientações enviadas no grupo de gestão pela equipe técnica do Programa Vigidesastres.
ALERTA	- Acionar a equipe sob sua gestão para, em conjunto com as regionais de saúde, realizar o monitoramento da rede de assistência e vigilância em saúde da região. Esse acompanhamento deve incluir a avaliação da capacidade instalada, da demanda por serviços, do nível de comprometimento da rede e da possibilidade de expansão do apoio à equipe de vigilância em saúde, garantindo uma resposta eficiente e coordenada diante das necessidades emergenciais. - Ampliar o nível de preparação conforme as ações definidas. - Participar do COE-Saúde, atuando conforme os estágios de preparação e resposta à emergência em saúde pública e as ações definidas pela



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Participar ativamente do COE-Saúde, garantindo a articulação e integração das estratégias de resposta. - Enviar uma equipe de resposta rápida aos municípios afetados, levando em consideração a gravidade do desastre e as demandas emergenciais, assegurando suporte técnico e logístico adequado para o desempenho eficaz das atividades da equipe. - Acompanhar o desenvolvimento das ações de saúde previstas no Plano de Contingência Estadual para Desastres, junto a equipe de vigilância de emergências em saúde. - Convocar gerentes e chefes de núcleo para mobilizar as áreas técnicas afins, com o objetivo de atuar nas ações emergenciais, conforme a necessidade e a fase de resposta da emergência, garantindo o cumprimento de suas atribuições de acordo com o Plano de Contingência. - Coordenar, acompanhar e monitorar de forma integrada as ações realizadas por todos os setores sob sua responsabilidade, garantindo uma comunicação eficaz e a execução adequada das atividades.
CRISE	- Ampliar as ações descritas no estágio de emergência, ajustando e intensificando os esforços para responder à crescente demanda e complexidade da situação, garantindo uma atuação mais eficaz e abrangente. - Reforçar a capacidade de apoio aos municípios, mobilizando recursos adicionais e ampliando a coordenação entre as equipes locais, regionais e estaduais, para otimizar a resposta emergencial e minimizar os impactos do desastre

SETOR: Superintendências de Saúde

ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Garantir a participação ativa dos responsáveis na elaboração do Plano Extraordinário para assegurar assistência à saúde em calamidades ou emergências com risco à continuidade dos serviços essenciais. - Elaborar plano complementar ao contingenciamento estadual para a região de saúde, integrando ações de forma sincronizada com a SESA Central; este plano será anexo ao plano de contingência. - Preparar a equipe para ativar o COE Saúde Regional, composto por membros da SESA Central e da regional, ligado diretamente ao COE Estadual, garantindo coordenação e comunicação eficazes. - Estar pronto para integrar o COE Estadual Saúde, assegurando coordenação e comunicação organizadas com a equipe sob gestão. - Preparar-se para ativar e coordenar o COE Regional de Saúde conforme análise do cenário de risco estadual. - Acompanhar os alertas, avisos e estágios de acionamento emitidos pelo Programa Vigidesastres.
MOBILIZAÇÃO	- Acionar a equipe de trabalho da subsecretaria e acompanhar de forma contínua as informações, avaliações e decisões, conforme a evolução



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	do cenário de risco relacionado aos desastres. As ações devem ser ajustadas conforme o desenvolvimento da situação, garantindo uma resposta ágil e coordenada diante das necessidades emergenciais. - Acompanhar as informações e orientações enviadas no grupo de gestão pela equipe técnica do Programa Vigidesastres. - Preparar a equipe que compõe o COE Regional, caso seja necessário o acionamento.
ALERTA	- Participar do COE-Saúde, atuando conforme os estágios de preparação e resposta à emergência em saúde pública e as ações definidas pela gestão, garantindo coordenação e comunicação eficientes com a equipe sob sua responsabilidade. - Intensificar o monitoramento, levantando informações detalhadas junto aos Secretários Municipais de Saúde sobre os locais afetados e o impacto na saúde, e compartilhando essas informações com a sala de situação. - Preparar a equipe para, caso seja necessário, ativar o COE Saúde Regional. - Ampliar o nível preparação conforme as ações definidas
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Participar ativamente do COE-Saúde, garantindo a articulação e integração das estratégias de resposta. - Coordenar o COE-Regional, assegurando uma atuação integrada para responder às demandas locais, e estabelecer uma interlocução sincronizada com o COE-Saúde-SES, garantindo ações coordenadas e resolutivas da Secretaria de Estado da Saúde em um cenário complexo e crítico. - Estabelecer fluxos permanentes de comunicação com os setores sob sua gestão, garantindo a troca contínua de informações e a atualização constante durante a crise. - Participar da execução do plano extraordinário de resposta, elaborado junto com as equipes das subsecretarias de regulação e atenção a saúde, contemplando a evacuação imediata de unidades de saúde comprometidas, a realocação segura de pacientes e a garantia de acesso aos serviços de emergência. - Planejar, em conjunto com as instâncias colegiadas (CIR), o apoio de outros municípios para a região afetada, conforme e necessidade apresentada por cada município. - Coletar as informações sobre sua responsabilidade (agravos, abrigos, desabrigados, desalojados, etc.), apresentar no COE SAÚDE ES. - Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o relatório diário referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida - Integrar a Superintendência Regional de Saúde ao nível central SESA, a fim de estabelecer fluxo assistencial e monitoramento das atividades e ações. - Organizar a distribuição de insumos estratégicos disponibilizados junto ao setor responsável da SESA ES (Central), conforme as necessidades locais.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Apoiar as Secretarias Municipais de Saúde nas ações de educação em saúde, junto a população atingida.
CRISE	- Ampliar as ações descritas no estágio de emergência, ajustando e intensificando os esforços para responder à crescente demanda e complexidade da situação, garantindo uma atuação mais eficaz e abrangente. - Reforçar a capacidade de apoio aos municípios, mobilizando recursos adicionais e ampliando a coordenação entre as equipes locais, regionais e estaduais, para otimizar a resposta emergencial e minimizar os impactos do desastre.

5.2 – EIXO VIGILÂNCIA DE GESTÃO DE EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA

SETOR: Vigilância em Saúde dos Riscos Associados aos desastres -Vigidesastres	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Manter escala de plantão 24 horas. - Identificar ameaças, vulnerabilidades e recursos para mapear cenários de risco em desastres por chuvas intensas. - Acompanhar boletins meteorológicos e monitorar sistemas de alerta de órgãos competentes. - Coletar, consolidar, monitorar e disseminar informações sobre eventos para gestores e setores estratégicos da saúde. - Elaborar boletim informativo sobre eventos climáticos, com divulgação periódica conforme nível de resposta estadual. - Realizar simulados para testar o Plano de Contingência e atualizar capacitação da equipe. - Manter e atualizar a lista de contatos dos setores, coordenações da SESA (Central e Regionais) e instituições parceiras envolvidas na resposta. - Comunicar-se regularmente com a Defesa Civil para alinhamento de informações e orientações integradas. - Implementar ficha de notificação específica para desastres, orientando pontos focais municipais e regionais no uso da plataforma REDCap para coleta de dados em tempo real. - Preparar equipe para integrar o COE Estadual Saúde quando ativado, apoiando a gestão técnica e estratégica da resposta. - Capacitar equipe para atuação em campo junto aos municípios afetados, quando necessário. - Articular ações para revisão dos planos de contingência na SESA.
MOBILIZAÇÃO	- Manter uma escala de plantão 24 horas, e sobreaviso com profissionais para atendimento imediato e ampliação da capacidade de apoio. - Acompanhar regularmente os boletins meteorológicos. - Monitorar os sistemas de alerta e alarme emitidos pelos órgãos competentes.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Coletar, consolidar, monitorar e disseminar informações sobre os eventos para gestores e setores estratégicos da saúde. - Manter comunicação contínua com a Defesa Civil para alinhamento de informações e definição de orientações integradas. - Orientar os pontos focais das regionais de saúde e os municípios para fortalecer a preparação e resposta a desastres, além de reforçar o uso da ficha de notificação específica para desastres na plataforma REDCap, quando necessário. - Estar preparado para integrar o COE Estadual de Saúde quando ativado, apoiando diretamente a Secretaria de Estado da Saúde na condução técnica e estratégica da resposta aos desastres hidrometeorológicos. - Preparar a equipe para atuação em campo junto aos municípios atingidos, sempre que necessário. - Encaminhar alertas para as os pontos focais das regionais de saúde e das secretarias municipais de saúde, que possuem risco de ocorrência da enchente,
ALERTA	- Atuar no COE SAÚDE, monitorando as condições de risco e apoiar as coordenações das ações com as demais autoridades envolvidas. - Intensificar as ações descritas no estágio de mobilização, articulando para que todos os recursos e equipes estejam prontos para atuar conforme necessário. - Acompanhar e analisar os alertas e notificações, para garantir uma resposta oportuna e eficiente em caso de agravamento da situação. - Fortalecer a comunicação entre os setores responsáveis, estimulando que as informações fluam de maneira clara e coordenada. - Intensificar alerta para as demais áreas da SESA e SMS sobre eventos em monitoramento. - Receber a comunicação do evento, sendo o ponto focal intersetorial da SESA.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Articular as ações descritas neste plano com os diversos setores envolvidos, garantindo uma integração eficiente entre as equipes e uma resposta coordenada às necessidades emergenciais. Isso inclui a comunicação e colaboração contínuas entre as áreas de saúde, defesa civil, assistência social, vigilância sanitária, planejamento, logística, e comunicação, assegurando que as estratégias de enfrentamento do desastre sejam implementadas de forma conjunta, coordenada e eficaz, com base nas demandas e prioridades identificadas. - Coordenar a coleta de informações sobre desastres nos municípios afetados, utilizando a ficha do REDCap para consolidar dados de diversas fontes (hospitais, abrigos, serviços de saúde, etc.). - Monitorar a atualização constante das informações na plataforma, permitindo uma análise contínua da situação para ajustes nas estratégias de resposta. - Integrar os dados coletados na ficha do REDCap com outras ferramentas de monitoramento e sistemas de gestão, como o Sistema



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD), para proporcionar uma visão abrangente do impacto do desastre.

- Compartilhar as informações coletadas no REDCap com as autoridades competentes, outras entidades de saúde e defesa civil, garantindo uma resposta coordenada e eficiente.
- Assessorar os gestores municipais na implementação e coordenação das ações de resposta a desastres, garantindo uma atuação eficaz e integrada.
- Encaminhar as demandas emergentes identificadas nos territórios afetados para as áreas técnicas competentes, visando uma resposta rápida e adequada.
- Fornecer suporte técnico e operacional aos gestores municipais de saúde para o restabelecimento das ações de rotina e da rede de assistência.
- Solicitar, por meio de comunicação formal da Secretaria Estadual de Saúde ao Ministério da Saúde, o envio de kits de medicamentos e insumos estratégicos, conforme a legislação vigente, para atendimento às necessidades das populações atingidas.
- Assessorar os municípios na gestão da documentação necessária para decretação de emergência em saúde pública e se necessário a solicitação de incremento financeiro pelo Ministério da Saúde, conforme legislação vigente.
- Participar ativamente do Centro de Operações de Emergências em Saúde (COE) da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo (SESA-ES), dos COE SAÚDE REGIONAIS, assegurando uma comunicação eficiente entre a equipe da SESA e os municípios afetados. Além disso, contribuir para a análise situacional, a coordenação das ações de resposta e a tomada de decisões estratégicas, visando o atendimento ágil e eficaz às necessidades emergentes.
- Elaborar boletim informativo com a frequência necessária a cada nível de resposta, sobre a situação da emergência e as ações desenvolvidas na esfera Estadual.
- Ofertar suporte às áreas técnicas no desenvolvimento das ações identificadas como pertinentes para a manutenção da saúde;
- Integrar o COE com outros centros de operação, como os de Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros.
- Participar das discussões referentes à manutenção da saúde das pessoas expostas aos desastres no território afetado.
- Atuar em campo quando solicitado, garantindo a execução das ações de resposta de acordo com as necessidades identificadas e em conformidade com os protocolos estabelecidos pelo plano de contingência, assegurando o apoio técnico e logístico necessário para a intervenção.
- Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Intensificar alerta para as demais áreas da SESA e SMS sobre eventos em monitoramento. - Receber a comunicação do evento, sendo o ponto focal intersetorial da SESA.
CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz. - Demandar à gestão estadual a solicitação de apoio ao DEMPS/MS (Departamento de Emergências e Mobilização do Ministério da Saúde), conforme a necessidade, para fortalecer a resposta aos desastres e garantir recursos adicionais para as áreas afetadas.

SETOR: CIEVS	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Monitorar continuamente os rumores e informações relacionados a desastres, identificando emergências epidemiológicas por meio de ferramentas como Disque-Notifica, E-notifica e Clipping CIEVS, realizando análise integrada com o Programa Vigidesastres. - Manter escala de plantão para acionamento rápido dos níveis de resposta, assegurando a prontidão da equipe. - Realizar simulados periódicos com o Programa Vigidesastres para testar o Plano de Contingência e capacitar continuamente a equipe. - Preparar-se para integrar o COE Estadual Saúde quando ativado, apoiando a gestão da Secretaria de Estado da Saúde na condução técnica e estratégica da resposta. - Atuar como ponto focal do CIEVS intersetorial da SESA-ES, garantindo o fluxo contínuo de informações sobre eventos. - Elaborar modelo de boletim informativo a ser emitido a cada 48 horas durante eventos hidrometeorológicos, assegurando comunicação clara e atualizada para a tomada de decisões. - Preparar a equipe para atuação em campo junto aos municípios afetados, em casos de surtos e emergências de saúde relacionados a doenças veiculadas por água, alimentos ou outros riscos associados a desastres. - Manter atualizada a lista de contatos das coordenações da SESA (Central e Regionais) e das instituições parceiras envolvidas na resposta ao desastre hidrológico.
MOBILIZAÇÃO	- Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade. - Coletar, consolidar, monitorar e disseminar as informações desses eventos entre os gestores e Rede CIEVS
ALERTA	- Atuar no COE SAÚDE, monitorando as condições de risco e apoiar as coordenações das ações com as demais autoridades envolvidas. - Intensificar as ações descritas no estágio de mobilização, garantindo que todos os recursos e equipes estejam prontos para atuar conforme necessário.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Acompanhar e analisar os alertas e notificações, para garantir uma resposta oportuna e eficiente em caso de agravamento da situação. - Prestar apoio técnico nas respostas às emergências em saúde pública às Regionais de Saúde. - Receber a comunicação do evento e atuar como ponto focal intersetorial da SESA, reunindo informações de todos os setores e elaborando um relatório consolidado diário sobre a situação.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Garantir uma integração eficiente entre as equipes, promovendo uma resposta coordenada às necessidades emergenciais. Isso inclui a comunicação e colaboração contínuas entre as áreas de saúde, defesa civil, assistência social, vigilância sanitária, planejamento, logística e comunicação. Dessa forma, as estratégias de enfrentamento do desastre serão implementadas de maneira conjunta, coordenada e eficaz, com base nas demandas e prioridades identificadas. - Coletar, consolidar, monitorar e disseminar as informações sobre os eventos entre os gestores e a Rede CIEVS, garantindo a comunicação eficaz durante a emergência. - Produzir boletins a cada 48 horas, atualizando as informações de saúde relacionadas ao evento (desastre hidrológico), e disseminá-los por meio da mídia, garantindo que a população e os gestores recebam informações precisas e oportunas. - Prestar apoio técnico às Regionais de Saúde nas respostas às emergências em saúde pública, orientando e apoiando na implementação de medidas necessárias. - Apoiar os municípios na investigação de surtos e aglomerados de óbitos relacionados a doenças de veiculação hídrica e alimentar, oferecendo suporte na identificação e controle desses casos. - Integrar o COE com outros centros de operação, como os de Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros, promovendo uma atuação integrada e eficiente entre os diferentes setores envolvidos na resposta ao desastre. - Participar das discussões sobre a manutenção da saúde das pessoas expostas aos desastres, assegurando que as medidas de saúde pública sejam adequadas e eficazes para minimizar os impactos da crise. - Atuar em campo quando solicitado, garantindo a execução das ações de resposta de acordo com as necessidades identificadas, seguindo os protocolos estabelecidos no plano de contingência e fornecendo o suporte técnico e logístico necessário para a intervenção. - Receber a comunicação do evento, sendo o ponto focal intersetorial da SESA - Confirmar os agravos de saúde em consequência ao desastre hidrológico. - Estabelecer protocolos de verificação, análise e tratamento das doenças
CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Elaborar boletim informativo com a frequência necessária a cada nível de resposta, sobre a situação da emergência e as ações desenvolvidas na esfera Estadual.
--	--

SETOR: RENAVEH	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Elaborar um fluxo de comunicação e monitoramento com a rede hospitalar para o acompanhamento das internações de pacientes afetados por desastres hidrometeorológicos, abrangendo todas as fases do desastre, quando necessário. - Apoiar as ações do CIEVS e do Vigidesastres no atendimento às demandas de vigilância epidemiológica hospitalar.
MOBILIZAÇÃO	- Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade. - Coletar, consolidar e monitorar informações relacionadas à vigilância hospitalar e encaminhá-las ao CIEVS para a elaboração do boletim.
ALERTA	- Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade. - Coletar, consolidar e monitorar informações relacionadas à vigilância hospitalar e encaminhá-las ao CIEVS para a elaboração do boletim. - Ampliar o monitoramento e acompanhamento da vigilância hospitalar e do perfil epidemiológico diário nos hospitais, considerando os impactos do desastre no território.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Intensificação da Vigilância Epidemiológica Hospitalar, realizando acompanhamento diário, com busca ativa de casos suspeitos de agravos transmitidos por veiculação hídrica. - Notificar e comunicar imediatamente à DAE e à coordenação da RENAVEH, especialmente em casos de óbitos. - Informar a área técnica sobre o aumento de casos notificados e de casos graves. - Auxiliar na consolidação dos dados das Fichas Relatório de Emergência preenchidas pelas equipes de campo. - Identificar necessidades imediatas e contribuir para a redução de danos. - Prestar suporte técnico, presencial e/ou virtual, nas respostas às emergências em saúde pública. - Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida
CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz. - Encaminhar informações ao CIEVS SESA para a produção boletim informativo com a frequência necessária a cada nível de resposta, sobre a situação da emergência e as ações desenvolvidas na esfera Estadual



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

5.3 – EIXO VIGILÂNCIA EM SAÚDE

SETOR: Gerência de Vigilância em Saúde:

ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Garantir a participação dos chefes de núcleo nas discussões, atualizações e elaboração das ações de resposta de cada setor em emergências ou crises por desastres hidrometeorológicos. - Mobilizar as áreas técnicas para o cumprimento das atribuições previstas no Plano de Contingência. - Orientar as áreas técnicas quanto às ações de resposta, com base na avaliação da capacidade dos recursos municipais diante dos impactos dos desastres. - Definir pontos focais em cada núcleo/setor, estabelecendo responsabilidades claras durante a resposta. - Implementar um fluxo de comunicação eficiente, coordenado e oportuno, assegurando a troca eficaz de informações durante os desastres hidrometeorológicos no Espírito Santo.
MOBILIZAÇÃO	- Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade
ALERTA	- Convocar áreas técnicas afins, para auxiliar no desenvolvimento das ações emergenciais. - Mobilizar as áreas técnicas para desenvolver suas atribuições em relação ao Plano de Contingência. - Orientar as áreas técnicas para ações de resposta conforme avaliação de comprometimento dos recursos dos municípios frente aos desastres.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Convocar áreas técnicas afins, para auxiliar no desenvolvimento das ações emergenciais. - Mobilizar as áreas técnicas para desenvolver suas atribuições em relação ao Plano de Contingência. - Orientar as áreas técnicas para ações de resposta conforme avaliação de comprometimento dos recursos dos municípios frente aos desastres.
CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz

SETOR: Apoio Administrativo/transporte

ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Definir protocolo para a suspensão dos transportes de rotina em situações de emergência em saúde pública, devido a desastres hidrometeorológicos, para serem otimizados conforme prioridades definidas pelo COE -SAÚDE. - Garantir uma comunicação eficiente e coordenada com os profissionais do setor de transporte, assegurando o uso otimizado e adequado dos recursos para as situações emergenciais relacionadas ao desastre.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Organizar um fluxo de comunicação para que as demandas sejam encaminhadas por meio do COE Saúde e distribuídas de forma adequada
MOBILIZAÇÃO	- Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade
ALERTA	- Garantir motoristas e veículos adequados em sobreaviso para acionamento, quando necessário, para deslocamento de equipes em campo e apoio logístico aos municípios.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Garantir motoristas e veículos adequados em sobreaviso para acionamento, quando necessário, para deslocamento de equipes em campo e apoio logístico aos municípios.
CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz

SETOR: Vigilância Epidemiológica	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Garantir que todas as áreas técnicas estejam preparadas para organizar suas ações conforme os cenários de desastres hidrometeorológicos, apoiando diretamente as regionais de saúde e municípios e atuando em campo quando convocadas. - Planejar estrategicamente a atuação da Vigilância Epidemiológica Estadual, assegurando procedimentos adequados em desastres hidrológicos, considerando as limitações técnicas e operacionais dos municípios afetados. - Preparar a equipe para oferecer suporte estratégico e operacional às regionais de saúde e municípios em emergências ou crises relacionadas a desastres hidrometeorológicos. - Capacitar a equipe para atuação em campo, especialmente em surtos de doenças de veiculação hídrica, alimentar ou outros riscos associados aos desastres. - Organizar um processo de trabalho ativado em emergências para monitorar, avaliar e emitir relatórios contínuos sobre doenças compulsórias e agravos à saúde, permitindo a identificação oportuna de riscos e a implementação de ações pelos setores de assistência à saúde nos municípios afetados. - Elaborar Notas Técnicas para o monitoramento de doenças de veiculação hídrica e outras com potencial em ambientes de abrigo. - Orientar as Vigilâncias Epidemiológicas regionais na supervisão e no apoio às vigilâncias municipais.
MOBILIZAÇÃO	- Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade
ALERTA	- Intensificar o monitoramento e a avaliação das ações de vigilância epidemiológica. - Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Convocar áreas técnicas afins, para auxiliar no desenvolvimento das ações emergenciais. - Mobilizar as áreas técnicas para desenvolver suas atribuições em relação ao Plano de Contingência. - Orientar as áreas técnicas para ações de resposta conforme avaliação de comprometimento dos recursos dos municípios frente aos desastres. - Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida. - Acompanhar as ações das regionais assessorando e acordo com as necessidades apontadas; - Disponibilizar todas as formas de contatos para dúvidas; - Subsidiar com informações inerentes aos agravos epidemiológicos. - Estabelecer rotina de informação com as regionais acerca dos agravos presentes nos abrigos.
CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz. - Intensificar as ações de Vigilância Epidemiológica com acompanhamento presencial e diário, detectando e notificando oportunamente as Doenças de Notificação Compulsória. - Monitorar em parceria com as áreas técnicas, a situação epidemiológica de doenças. - Intensificar as ações de Vigilância Epidemiológica das Doenças Respiratórias transmissíveis e outros agravos relacionados à Inundação

SETOR: Vigilância Ambiental em Saúde	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Estruturar a organização de apoio e fluxo de comunicação com as vigilâncias ambientais das regionais de saúde e municípios, garantindo atuação eficaz em emergências de saúde pública decorrentes de desastres e direcionamento oportuno das ações. - Manter estoque adequado de hipoclorito, baseado na análise histórica de consumo e necessidade. - Identificar fontes de água em áreas de risco e mapear alternativas para abastecimento em situações de desastre. - Orientar operadores dos sistemas de abastecimento sobre procedimentos em casos de desabastecimento, elaborando plano emergencial para monitoramento da qualidade da água durante a contingência.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Orientar as unidades municipais de controle de zoonoses quanto ao manejo adequado de cadáveres de animais, desde o transporte até o destino final. - Orientar ações dos programas de controle de doenças transmitidas por vetores em acampamentos, abrigos e áreas densamente povoadas, visando prevenir a proliferação de roedores, mosquitos e outros vetores.
MOBILIZAÇÃO	- Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade
ALERTA	- Intensificar o monitoramento e a avaliação das ações de vigilância Ambiental em saúde. - Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade. - Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Identificar e indicar fontes seguras de abastecimento de água, garantindo que a distribuição por caminhões-pipa siga as normas sanitárias. - Orientar sobre o monitoramento da qualidade da água potável distribuída emergencialmente, seja por caminhões-pipa ou alternativas. - Apoiar os municípios na divulgação de procedimentos para limpeza e desinfecção de caixas d'água. - Participar do planejamento de ações emergenciais voltadas para a bacia hidrográfica e os mananciais de abastecimento público das áreas afetadas. - Acionar a Vigilância Sanitária (VISA) para inspeção de Soluções Alternativas Coletivas (SAC) que apresentem amostras de água insatisfatórias. - Estimular ações de educação em saúde sobre cuidados com a água, limpeza e desinfecção de reservatórios. - Intensificar o monitoramento do fornecimento de água para consumo humano em abrigos e unidades de saúde. - Realizar inspeção sanitária nos Sistemas de Abastecimento de Água (SAA) e nas Soluções Alternativas Coletivas (SAC) afetadas. - Ampliar a vigilância da qualidade da água após a regularização do fornecimento nas áreas afetadas. - Mapear áreas de risco de transmissão de arboviroses, esquistossomose e leptospirose, considerando a interface com desastres causados por chuvas intensas, em níveis estadual e municipal. - Estimular a realização de ações de controle de vetores e roedores em bairros e localidades vulneráveis, em nível estadual e municipal. - Avaliar se o desastre hidrológico afetou ou afetará áreas industriais, depósitos de produtos químicos, estabelecimentos que comercializam agrotóxicos ou outros produtos perigosos, gerando riscos à saúde. - Monitorar, em parceria com o Núcleo Especial de Vigilância Sanitária, sistemas de disposição final de resíduos urbanos e industriais



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	(lixões, aterros sanitários e áreas de transbordo) atingidos por inundações, para prevenir riscos químicos e biológicos. - Efetuar distribuição de hipoclorito de sódio e as orientações para o uso nos locais afetados. - Assegurar o acesso ao hipoclorito de sódio a 2,5% para desinfecção caseira da água para consumo humano. - Apoiar em campo as ações junto aos municípios, em colaboração com a equipe da regional de saúde. - Orientar os municípios atingidos quanto ao controle e manejo e animais peçonhentos. - Orientar as Vigilâncias Ambientais regionais visando o apoio Vigilâncias Ambientais municipais.
CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

SETOR: Vigilância Sanitária	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Capacitar e orientar as regionais de saúde e vigilâncias sanitárias municipais sobre a avaliação das condições sanitárias dos abrigos instituídos pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC). - Articular com regionais e vigilâncias municipais para propor instrumentos e checklists de avaliação e inspeção dos abrigos. - Elaborar conteúdos comunicativos para divulgação à população e meios de comunicação. - Intensificar a verificação da aplicação dos protocolos de atendimento a múltiplas vítimas em estabelecimentos de urgência e emergência. - Orientar e articular com os municípios o levantamento de instituições doadoras de alimentos e água, organizando fluxos de doação que garantam segurança sanitária. - Elaborar notas técnicas sobre o consumo seguro de alimentos em casos de contaminação em abrigos e regiões afetadas. - Orientar as Vigilâncias Sanitárias Municipais a realizarem inspeções prévias das condições estruturais e sanitárias dos locais destinados a abrigos. - Capacitar as equipes das VISA para orientar comerciantes sobre cuidados com produtos alimentícios, higiênicos e medicamentos que tiveram contato com água de enchente. - Elaborar notas técnicas com orientações específicas. - Estimular a capacitação dos voluntários para a adoção de medidas preventivas para o controle de vetores e pragas urbanas. - Estimular a capacitação dos voluntários para armazenamento, seleção de mantimentos doados e manipulação de alimentos, quando em abrigos coletivos
MOBILIZAÇÃO	- Ampliar o nível de preparação da equipe, caso seja acionado



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

ALERTA	- Verificar com as regionais de saúde as demandas dos municípios atingidos e identificar a necessidade de apoio técnico, garantindo que as ações sejam executadas de forma integrada e compartilhada, de acordo com as necessidades e demandas específicas de cada local. - Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Apoiar, juntamente com as regionais de saúde, as Vigilâncias Sanitárias Municipais (VISAS) no gerenciamento da situação sanitária dos abrigos. - Orientar sobre a coleta e o envio de amostras de alimentos e medicamentos para análise laboratorial, quando necessário. - Prestar apoio e orientação às vigilâncias sanitárias municipais em todas as etapas da emergência, desde o risco iminente, passando pelo enfrentamento da enchente, até o período de vazante, quando os desabrigados retornam aos seus domicílios. - Apoiar, juntamente com as regionais de saúde, as Vigilâncias Sanitárias Municipais (VISAS) nas ações de controle de riscos sanitários relacionados a situações decorrentes de desastres hidrológicos. -Fiscalizar estabelecimentos fornecedores de alimentos para os abrigos, garantindo o cumprimento das normas higiênico-sanitárias em todas as etapas, incluindo produção, acondicionamento, transporte e distribuição dos alimentos. - Apoiar ações educativas, incluindo a orientação e a inspeção do cumprimento das medidas de prevenção e contenção de doenças transmissíveis. - Coletar informações sob sua responsabilidade e enviá-las ao CIEVS para a composição do Boletim Epidemiológico referente ao evento, conforme a periodicidade estabelecida. - Apoiar, juntamente com as regionais de saúde, as Vigilâncias Sanitárias Municipais (VISAS) nas ações para orientar os comerciantes de produtos alimentícios, higiênicos, medicamentos, entre outros, sobre os cuidados necessários com os produtos que entraram em contato com a água da enchente. - Integrar a equipe estadual de Vigilância em Saúde, em conjunto com as áreas ambiental e epidemiológica, para a resposta à situação de emergência. - Apoiar e orientar a Coordenação Regional de Vigilância em Saúde na articulação com as Vigilâncias Sanitárias Municipais (VISAS) para a realização de ações de fiscalização e monitoramento. - Apoiar a investigação de surtos de Doenças de Transmissão Hídrica e Alimentar (DTHA). - Garantir serviços de hemodiálise sanitariamente seguros. - Promover e/ou orientar o gerenciamento da situação sanitária dos serviços de saúde, de acordo com a competência de atuação. - Minimizar os riscos de contaminação e de acidentes com produtos/resíduos perigosos, de acordo com a competência de atuação.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Incentivar a realização pelas Vigilâncias Sanitárias municipais do diagnóstico sanitário dos municípios em situação de risco para inundações. - Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida. - Identificar previamente os serviços de saúde que prestam atendimento de hemodiálise que se encontram em áreas possíveis de serem atingidas por inundações. - Inspeccionar os serviços de saúde atingidos por desastre hidrológico que realizam tratamento com hemodiálise e estabelecer fluxo de atendimento para os pacientes.
CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

SETOR: Vigilância Saúde do Trabalhador	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	-Elaborar e divulgar informativos e notas técnicas em relação aos riscos ocupacionais nos ambientes de trabalho, em relação a doenças e agravos, em situações de desastres. - Orientar aos Cerests Regionais e, de forma complementar, aos municípios a realizarem treinamento sobre riscos e equipamentos de proteção individuais e coletivos para os trabalhadores e voluntários. - Orientar os municípios a estabelecerem fluxos de atendimento para os trabalhadores e voluntários que porventura possam se acidentar durante as ocorrências de desastre, considerando os diversos tipos de acidentes que podem ocorrer, incluindo os acidentes com animais peçonhentos e os acidentes com material biológico e doenças como transtornos mentais relacionados ao trabalho e leptospirose. - Solicitar aos municípios que realizem o cadastramento dos trabalhadores envolvidos, incluindo os voluntários que irão atuar em caso de emergência. - Solicitar aos municípios que mantenham atualizada a relação dos trabalhadores que farão os atendimentos aos desalojados e desabrigados. -Solicitar aos municípios a realizar o Levantamento da Cobertura vacinal dos trabalhadores envolvidos na resposta à situação de desastre e a regularização da imunização (cartão de vacinação) dos trabalhadores e voluntários. - Solicitar aos municípios que realizem o levantamento de materiais e EPI disponíveis e necessários e/ou a necessidade de aquisição de novos EPI. - Manter atualizada a relação dos trabalhadores do nível central e regional que poderão ser acionados, em caso de um desastre de grande



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	magnitude, em que o município não dá conta de atender sua própria demanda.
MOBILIZAÇÃO	- Acionar os Cerests Regionais e, de forma complementar, as Referências Técnicas em Saúde do Trabalhador municipais para se prepararem para a possibilidade de intervenções. - Ampliar a divulgação de notas técnicas e informativas, reforçando as orientações sobre os possíveis riscos e medidas de prevenção em situação de desastres. - Reforçar as orientações constantes das notas técnicas e informativas sobre os possíveis riscos e medidas de prevenção em situação de desastres. - Ampliar o nível de preparação da equipe, caso seja acionado.
ALERTA	- Solicitar o registro de treinamento e relação de possíveis voluntários e trabalhadores antes de esses iniciarem os trabalhos- Ampliar a divulgação de notas técnicas e informativas. - Solicitar relação dos locais que servirão de repouso para os trabalhadores envolvidos nas atividades de resgate, limpeza e remoção de resíduos. - Acionar os trabalhadores dos Cerests Regionais e, de forma complementar, dos municípios, para que fiquem em alerta para a possibilidade de intervenção.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Reforçar aos municípios sobre a necessidade de aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), além de orientar sobre seu uso adequado nas atividades de resgate, limpeza e remoção de resíduos (lixo, lama e outros) nas áreas afetadas. - Orientar os municípios a realizarem a notificação de doenças e agravos relacionados ao trabalho, garantindo o adequado monitoramento da saúde dos trabalhadores expostos a riscos durante as operações de resposta ao desastre. - Orientar aos municípios a realizarem atendimento rápido aos trabalhadores que porventura se acidentarem - Orientar que os municípios ofereçam suporte psicológico aos trabalhadores e voluntários envolvidos nos resgates, considerando o impacto emocional e mental dessas atividades - Instruir os municípios a realizarem a orientação e o monitoramento contínuo dos ambientes de trabalho que possam oferecer riscos à saúde e segurança dos trabalhadores - Articular apoio psicológico aos trabalhadores e voluntários envolvidos nos atendimentos relacionados aos desastres - Auxiliar as equipes de saúde no nexo de causalidade e notificação dos agravos relacionados ao trabalho - Realizar inspeção em Saúde do Trabalhador nos abrigos, serviços de saúde, conduzidas pelas Referências Técnicas municipais em Saúde do trabalhador, com suporte das RT regionais e Cerest sempre que solicitados



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida - Articular apoio psicológico aos trabalhadores da saúde envolvidos nos atendimentos relacionados aos desastres. - Auxiliar no nexo de causalidade e notificação dos agravos relacionados ao trabalho. - Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida.
CRISE	- Prestar suporte psicológico para trabalhadores e voluntários envolvidos nos resgates, na ausência de capacidade de oferta pelo município Orientar e monitorar ambientes de trabalho que ofereçam riscos aos trabalhadores. - Apoiar aos Cerests Regionais e, de forma complementar ao municípios, na realização da notificação de doenças e agravos relacionados ao trabalho - Realizar apoio técnico às equipes de Vigilância em Saúde das Regionais e Municípios para: • Reforçar aos trabalhadores e voluntários sobre os possíveis agravos à saúde decorrentes de sua atividade laboral em uma situação de emergência; • Acompanhar a saúde dos trabalhadores e voluntários que foram expostos aos riscos decorrentes dos desastres durante sua atividade laboral;

SETOR: LACEN	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Preparar ata para a compra emergencial de insumos e serviços laboratoriais, garantindo o gerenciamento adequado dos insumos para coleta e análise em desastres, incluindo as atas de registro de preços, em situação de emergência em saúde pública relacionado a desastres Hidrometeorológicos. - Elaborar plano logístico para o envio de amostras ao LACEN, em situação de emergência, definindo protocolo de coleta para situações de crise nos municípios. - Garantir o apoio laboratorial para confirmação diagnóstica, orientando quanto à coleta, fluxo de encaminhamento das amostras e obtenção dos resultados dos laboratórios de Virologia, Imunologia, Endemias, Parasitologia, Bacteriologia, Bromatológica, Ambiente, Toxicologia e Medicamentos.
MOBILIZAÇÃO	- Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade
ALERTA	- Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Priorizar a análise de parâmetros ambientais em amostras de água para consumo humano, incluindo turbidez, Escherichia coli e coliformes totais, além de outros patógenos em caso de surtos de origem hídrica. - Garantir suporte laboratorial para confirmação diagnóstica, orientando sobre a coleta, conservação e transporte de amostras clínicas, bromatológicas e ambientais, bem como a obtenção e disponibilização dos resultados. - Comunicar à Vigilância Epidemiológica e ao CIEVS estadual informações relacionadas aos diagnósticos laboratoriais de saúde pública, independentemente de estarem na lista nacional de agravos de notificação compulsória. - Notificar eventos incomuns ou inesperados que possam constituir emergência em saúde pública, considerando seu potencial impacto. - Assegurar a distribuição de insumos essenciais para a coleta de amostras clínicas, ambientais e alimentares, incluindo: ✓ Swab Cary Blair para amostras fecais; ✓ Recipientes com meio de cultura e conservação para pesquisa de Vibrio; ✓ Materiais para detecção de cianobactérias e mercúrio em água. ✓ E outros materiais que considerar necessário. - Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida.
CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

SETOR: IMUNIZAÇÃO	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Incentivar os municípios a intensificarem a vacinação do público prioritário antes de cenários de emergência, garantindo cobertura homogênea entre os grupos diretamente envolvidos na resposta aos desastres hidrológicos. - Conhecer as vulnerabilidades da região onde as unidades estão localizadas e disponibilizar orientações escritas para a equipe frente a riscos de desastres naturais. - Fortalecer a capacitação dos agentes responsáveis pela vigilância e segurança das Centrais de Rede de Frio, para identificação rápida de problemas que possam afetar a qualidade dos imunobiológicos, com comunicação imediata ao técnico responsável.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Orientar o manejo dos casos de doenças imunopreveníveis, incluindo quimioprofilaxia, tratamento, isolamento e bloqueio vacinal, garantindo resposta oportuna em emergências relacionadas a desastres. - Elaborar um plano para organização da equipe da SESA para atuação em campo, oferecendo suporte aos municípios atingidos e assegurando a logística de reposição de insumos, imunobiológicos e equipamentos durante as fases de emergência ou crise.
MOBILIZAÇÃO	- Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade
ALERTA	- Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade. - Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Identificar a situação da rede de frio nos municípios atingidos e realizar as reposições de equipamentos, imunobiológicos e insumos na fase adequada de apoio, considerando o impacto no sistema de saúde local. - Solicitar aumento na cota de imunobiológicos à CENADI (Central Nacional de Distribuição de Imunobiológicos), incluindo vacinas para Hepatite A, Rotavírus, Influenza, Covid-19, Dupla Adulto, Imunoglobulina Hepatite B e antivenenos, especialmente no período anterior às chuvas. - Implementar o plano para organizar a equipe da SESA no apoio aos municípios afetados por situações de emergência ou crise, garantindo a logística necessária para reposição de insumos, imunobiológicos e equipamentos, assegurando que as entregas ocorram no momento adequado durante os estágios de emergência. - A equipe da SESA e das regionais poderá, quando necessário, atuar em campo realizando a administração de imunobiológicos na população ou organizar a articulação e coordenação de profissionais de outros municípios para atuarem em campo. - Coletar as informações sob sua responsabilidade e enviá-las ao CIEVS para compor o Boletim Epidemiológico referente ao evento, conforme a periodicidade estabelecida.
CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

SETOR: SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITO

ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Desenvolver um protocolo com fluxo operacional claramente definido para situações em que a demanda seja de responsabilidade do Serviço de Verificação de Óbitos (SVO), garantindo a adequada remoção, investigação, certificação e liberação dos corpos, bem como a articulação entre os serviços de saúde, vigilância epidemiológica,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	defesa civil e assistência social, especialmente em cenários de desastres.
MOBILIZAÇÃO	- Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade
ALERTA	- Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade. - Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Executar o protocolo desenvolvido, conforme a necessidade - Coletar as informações sob sua responsabilidade e enviá-las ao CIEVS para compor o Boletim Epidemiológico referente ao evento, conforme a periodicidade estabelecida.
CRISE	Executar o protocolo desenvolvido, conforme a necessidade

SETOR: NEPAINT/CIATOX	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	Produzir informações para a população sobre os riscos e a prevenção de acidentes com animais peçonhentos no contexto de desastres hidrometeorológicos. - Elaborar um fluxo para garantir a disponibilidade e o acesso à soroterapia em situações de desastre. - Realizar capacitação para a gestão municipal de atenção primária à saúde para o atendimento em soroterapia de acidentes com animais peçonhentos, especialmente em municípios que não dispõem do insumo (soro) e estão localizados em áreas de risco para chuvas intensas e eventos associados. - Prestar apoio técnico nas emergências em saúde pública relacionadas a riscos toxicológicos.
MOBILIZAÇÃO	- Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade
ALERTA	- Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade. - Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Monitorar o estoque de antídotos e soros antivenenos nas áreas de risco. - Coletar as informações sob sua responsabilidade e enviá-las ao CIEVS para compor o Boletim Epidemiológico referente ao evento, conforme a periodicidade estabelecida. - Orientar e prestar assistência, por meio de telemedicina, às equipes municipais de saúde no monitoramento de acidentes com animais peçonhentos e casos de intoxicação exógena. - Disponibilizar informações sobre os pontos de atenção para soroterapia na região. - Garantir o abastecimento de soros antivenenos para a região.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida.
CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

SETOR: Núcleo Regional de Vigilância em Saúde	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Inserir ações junto à equipe da regional de saúde, com planejamento integrado com a SESA Central, abrangendo as áreas e estratégias a serem adotadas caso o plano de contingência seja acionado. - Definir um ponto focal do Programa Vigidesastres, que será o interlocutor entre os municípios da região, a equipe estadual de gestão de desastres e a gestão da regional de saúde. Esse ponto focal também atuará nas fases de preparação em conjunto com a equipe do Vigidesastre Estadual.
MOBILIZAÇÃO	- Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco. - Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário. - Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas
ALERTA	Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade. - Garantir a preparação da equipe para o acionamento de ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam devidamente capacitados e preparados para a resposta. - Participar do COE Saúde Regional, quando acionado, garantindo comunicação e coordenação organizadas com o setor responsável.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Mobilizar as áreas técnicas para desenvolver suas atribuições em relação ao Plano de Contingência. - Orientar as áreas técnicas para ações de resposta conforme avaliação de comprometimento dos recursos dos municípios frente aos desastres. - Orientar e apoiar as Vigilâncias epidemiológicas municipais nas ações previstas nos programas de controle de doenças transmitidas por vetores e roedores principalmente nas áreas de acampamentos, abrigos e áreas de adensamento populacional como forma de evitar a proliferação de roedores, mosquitos e outros vetores. - Assegurar o acesso ao hipoclorito de sódio a 2,5% para desinfecção caseira da água para consumo humano. - Apoiar os municípios na divulgação sobre os procedimentos de limpeza e desinfecção das caixas d'água. - Orientar as unidades de controle de zoonoses municipais para o manejo adequado dos cadáveres de animais, tanto no transporte quanto para o



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	destino final. - Auxiliar a coleta e o envio de amostras de alimentos e medicamentos para análise laboratorial, quando necessário. - Participar ativamente no COE SAÚDE Regional.
CRISE	- Estabelecer junto à equipe municipal de VISA a realização de inspeção diária das condições de estrutura física e sanitária dos abrigos, da água para consumo, alimentos e gerenciamento de resíduos; - Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

5.4 – EIXO ASSISTÊNCIA A SAÚDE

SETOR: Gerência Assistência Farmacêutica	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Elaborar um plano de suporte aos municípios atingidos, organizando o recebimento e a distribuição logística de doações de medicamentos e insumos conforme a necessidade local. - Prever insumos e medicamentos farmacêuticos, garantindo ata de registro de preços para execução imediata em situações de emergência ou crise. - Organizar uma lista de voluntários farmacêuticos municipais, com termo de concordância para atuação em emergências ou crises. - Mapear a capacidade de armazenamento e definir estratégias para distribuição eficiente de medicamentos e insumos em situações emergenciais. - Elaborar nota técnica com boas práticas farmacêuticas (armazenamento, manipulação, organização, recebimento de doações e descarte) para uso nos municípios afetados por desastres hidrometeorológicos. - Ser responsável pelo recebimento do kit emergencial enviado pelo Ministério da Saúde, quando necessário, bem como pelo recebimento, conferência e organização da distribuição conforme a demanda.
MOBILIZAÇÃO	- Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade - Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco. - Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário. - Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas.
ALERTA	- Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade. - Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo,



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Receber os materiais disponibilizados pelo Ministério da Saúde e coordenar a logística de entrega aos municípios afetados, em articulação com a divisão de transporte e o almoxarifado central, garantindo a rápida distribuição de insumos sempre que necessário. - Organizar um esquema especial para atender demandas emergenciais durante os finais de semana, assegurando a continuidade da assistência farmacêutica - Articular, no âmbito da gestão estadual, a aquisição emergencial e a dispensação de medicamentos e insumos essenciais para atendimento às populações atingidas. - Realizar o gerenciamento dos kits de medicamentos e insumos estratégicos, garantindo a reposição e a distribuição adequada conforme a necessidade da emergência. - Quando necessário, articular um mutirão com voluntários farmacêuticos da rede municipal para apoiar ações de assistência nos municípios impactados pelo desastre. - Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida.
CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

SETOR: Gerência Política organização de Redes de Atenção em Saúde

ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	Atenção Primária à Saúde (APS): - Orientar as Secretarias Municipais de Saúde a mapear territórios de cobertura, identificando áreas e populações expostas a riscos de desastres naturais, para prevenção e redução desses riscos. - Participar da revisão dos protocolos assistenciais, adequando fluxos de atendimento conforme o nível de complexidade, em situações de emergência em saúde pública relacionadas a desastres hidrometeorológicos. - Capacitar regionais de saúde e municípios para elaborar planejamento de assistência à saúde focado nas vulnerabilidades causadas por enchentes, priorizando grupos como idosos, crianças, adolescentes, gestantes e nutrizes, de forma universal e equitativa. - Incentivar municípios a promoverem práticas de autocuidado para portadores de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) em contextos emergenciais. - Estimular a integração da APS com vigilância em saúde, rede assistencial, defesa civil e demais órgãos envolvidos.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Elaborar documentos orientadores para planejamento e intervenções em áreas de maior risco, com atenção especial às populações vulneráveis. Rede Psicossocial (RAPS): - Manter atualizada a lista dos Pontos de Atenção da RAPS no estado. - Apoiar Coordenadores Municipais de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas na elaboração de materiais informativos sobre procedimentos e impactos psicológicos em desastres, fortalecendo a resiliência da população usuária da RAPS. - Auxiliar na criação de kits de emergência para usuários dos CAPSs, contendo mapa de risco comunitário, lista de serviços, informações do usuário, contatos de emergência e medicamentos prescritos. - Apoiar a elaboração de diretrizes e fluxos de atendimento internos e externos para demandas específicas durante contingências. - Capacitar equipes dos Pontos de Atenção da RAPS em acolhimento e cuidado em saúde mental, álcool e outras drogas em situações de emergência. - Promover capacitação integrada com Assistência Social, Defesa Civil e Movimentos Sociais em gestão de emergências, abordando temas como saúde mental em crises, manejo adequado, promoção da saúde mental e combate ao estigma. - Orientar coordenadores e pontos de atenção sobre organização dos serviços conforme as diretrizes do SUS, considerando limitações de infraestrutura e recursos em cenários de desastre. - Orientar o mapeamento de usuários residentes em áreas de risco, integrando esses dados à estratificação da APS. - Planejar ações e intervenções da RAPS durante e após desastres, articulando a rede regional e estadual, considerando possíveis limitações de infraestrutura e capacidade de resposta.
MOBILIZAÇÃO	- Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco. - Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário. - Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas. - Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade. Comunicar as referências técnicas municipais da APS, RUE, RAPS e Gestão Farmacêutica sobre os municípios que estão em Alerta. Comunicar quanto a execução das atividades, solicitar a revisão das ações do nível Verde ou fazer de imobilização. (Check list).
ALERTA	- Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade. - Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Apoiar as ações de assistência à saúde nos locais determinados pela Defesa Civil. Apoiar o fluxo de assistência à saúde considerando a Classificação de Riscos da população assistida. Garantir/Cobrar a segurança (inclusive EPI) da equipe assistencial que prestara serviço na população assistida.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Assessorar e apoiar os municípios atingidos na identificação de pessoas portadoras de Doenças Crônicas Não transmissíveis (DCNT): diabetes, hipertensão, cardiopatias, AVC, doenças respiratórias crônicas, câncer e os tratamentos atuais a que estão submetidos, para garantir o fluxo assistencial estabelecido. - Contribuir com os municípios atingidos para o mapeamento das áreas com maior concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade (gestantes, idosos, acamados, pessoas portadoras de deficiência, e outros), permitindo a adoção de medidas estratégicas para a proteção e assistência prioritária a esses grupos em situações de desastre. - Auxiliar no planejamento e dimensionamento de equipes das unidades próprias. - Realizar junto aos municípios atingidos levantamento de perdas causadas pelo desastre: na infraestrutura dos serviços de saúde, insumos e medicamentos. - Acompanhar a abertura e o fechamento dos serviços de saúde, identificando possíveis impactos na assistência e avaliando as áreas com aumento de demanda, a fim de garantir o redirecionamento adequado dos pacientes e a continuidade do atendimento. - Integrar o Núcleo Especial de Atenção Primária da SESA (NEAPRI) com a APS e a Área Técnica de Saúde Mental Regional a fim de estabelecer fluxo assistencial e monitoramento das atividades e ações. - Realizar a avaliação de danos na rede de atenção primária, considerando os públicos (idosos, acamados, Pessoa com Deficiência, Pessoa com Transtorno Mental etc.), e os critérios de prioridade estabelecidos pelo Ministério da Saúde. - Identificar a necessidade e solicitar medicamentos e insumos para a APS, realizar essa ação integrado com a gerência da assistência farmacêutica. - Avaliar, em conjunto com os municípios atingidos, a necessidade de acionamento da Força Nacional do SUS, considerando a gravidade da situação, a capacidade local de resposta e a necessidade de reforço nas ações de assistência à saúde, garantindo suporte emergencial adequado à população afetada. - Articular com as Secretarias Estaduais que fazem interface nas situações de inundações. - Reforçar a importância da notificação de doenças/agravos de notificação compulsória pelas equipes da atenção primária. - Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Contribuir com os municípios atingidos para o mapeamento das áreas com maior concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade (gestantes, puérperas, RNs, crianças, idosos, acamados, pessoas portadoras de deficiência, e outros), - Realizar a avaliação de danos na rede de atenção primária, considerando os públicos (gestantes, puérperas, RNs, crianças, idosos, acamados, Pessoa com Deficiência, Pessoa com Transtorno Mental, e outros), Avaliar a eficácia do fluxo de assistência à saúde considerando a Classificação de Riscos da população assistida e a realidade.
CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz. - Analisar o acionamento da Força Nacional do SUS

SETOR: Gerência Assistência Especializada	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Elaborar um protocolo extraordinário, em conjunto com outras gerências, a ser utilizado em situações de desastres hidrometeorológicos, permitindo o ajuste adequado das agendas eletivas para a população atingida, garantindo o acesso oportuno e o ajuste dos casos que demandem atendimento imediato, considerando situações específicas.
MOBILIZAÇÃO	- Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco. - Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário. - Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas.
ALERTA	- Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade. - Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Ativação do plano de contingência ambulatorial para desastres. - Articulação com os outros atores da Secretaria de Saúde para alinhamento das estratégias. - Identificação e alocação de recursos humanos e insumos essenciais. - Planejamento para a transição do atendimento para a fase de reconstrução e recuperação da saúde pública. - Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.
--------------	--

SETOR: Gerência de Gestão Hospitalar	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Elaborar um plano extraordinário de gestão hospitalar, em conjunto com outros atores estratégicos, estabelecendo diretrizes para o percentual de ocupação de leitos, a ampliação de leitos e a alocação de recursos hospitalares em situações de emergência em saúde pública relacionadas a desastres hidrometeorológicos. O plano deve contemplar a análise da demanda de atendimento, a redistribuição de pacientes, a organização e expansão da infraestrutura hospitalar, além de estratégias para garantir a continuidade do cuidado à população atingida.
MOBILIZAÇÃO	- Intensificar as ações definidas no estágio de normalidade. - Orientar as SMS a mapear as unidades hospitalares em áreas de risco. - Identificar estabelecimentos assistenciais de saúde com um nível de segurança que garanta sua funcionalidade nas situações de desastre; podendo, inclusive, ter sua capacidade de atendimento ampliada - Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco. - Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário. - Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas.
ALERTA	- Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade. - Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Monitorar a demanda, o fluxo assistencial e os agravos nas unidades estaduais de saúde (hospitais e unidades mistas), bem como identificar necessidades de insumos, medicamentos, recursos humanos e estrutura. - Acompanhar os serviços de saúde afetados na região e articular soluções para manter a assistência. - Avaliar a necessidade de contratação de leitos na rede privada. - Definir hospitais de referência para casos que exijam cuidados intermediários, tanto na região afetada quanto em localidades próximas. - Estruturar fluxos de atendimento para emergências e pacientes graves, garantindo o encaminhamento adequado. - Coordenar ações de apoio à assistência em saúde em parceria com órgãos externos e entes federativos (SAMU, Exército, Corpo de Bombeiros, Força Nacional do SUS, Ministério da Saúde). - Designar hospitais sob gestão estadual como referência para suporte às unidades municipais, incluindo unidades básicas de saúde.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Garantir a disponibilização de leitos em hospitais públicos estaduais, incluindo leitos de UTI para casos graves. - Verificar e fortalecer a infraestrutura hospitalar e das Unidades de Pronto Atendimento, assegurando a capacidade de resposta ao aumento da demanda, especialmente para gestantes e recém-nascidos. - Pactuar fluxos assistenciais e clínicos com maternidades de referência de alto risco, baseando-se em evidências científicas para o manejo de doenças transmitidas por água contaminada e vetores. - Organizar os fluxos de atendimento para casos de média e alta complexidade. - Avaliar a realocação de equipes de saúde para reforçar a assistência nos municípios afetados. - Planejar a ampliação de leitos nas unidades hospitalares de referência, conforme a necessidade da situação. - Coletar as informações sobre sua responsabilidade e enviar para o CIEVS para compor o Boletim epidemiológico referente ao evento, de acordo com a periodicidade estabelecida.
CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

SETOR: HEMOES	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Estabelecer protocolos claros de comunicação e integração com a Secretaria Estadual de Saúde (SESA) e as unidades hospitalares para priorização e distribuição de sangue de acordo com a gravidade dos casos. - Implementar sistemas de monitoramento e reporte para avaliar a necessidade de sangue em tempo real, especialmente em hospitais de emergência. - Planejar e coordenar o transporte de sangue para áreas afetadas, assegurando que as condições de armazenamento e transporte atendam às exigências de segurança e qualidade. - Estabelecer um sistema de comunicação eficiente para informar a população sobre as necessidades de doação de sangue, especialmente em áreas impactadas pelo desastre. - Manter canais de comunicação abertos com os órgãos de defesa civil, hospitais e unidades de saúde para ajustar rapidamente a resposta ao desastre.
MOBILIZAÇÃO	- Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco. - Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário. - Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

ALERTA	- Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade. - Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Monitorar os estoques e redistribuir os insumos entre os hemocentros e unidades hospitalares, conforme a necessidade. - Articular com a rede hospitalar e unidades de emergência para garantir o abastecimento adequado. - Prestar suporte transfusional para vítimas de desastres e pacientes críticos em hospitais e unidades de pronto atendimento. - Atuar em conjunto com equipes de resgate para a rápida disponibilização de sangue em situações críticas. - Estabelecer estratégias para doação e coleta de sangue, incentivando o comparecimento de doadores voluntários para reposição dos estoques. - Manter comunicação contínua com unidades hospitalares para atualização da demanda por sangue e insumos. - Garantir a execução do plano de contingência hemoterápico, assegurando atendimento rápido e eficaz à população afetada
CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

SETOR: Gestão de regulação de Atenção à Saúde, Regulação Hospitalar e Regulação Ambulatorial.

ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Desenvolver um plano extraordinário, integrado a setores estratégicos, com ações que garantam o acesso oportuno e em local adequado aos usuários em cenários de desastres de grande magnitude, considerando possíveis limitações de infraestrutura, acesso, recursos humanos e disponibilidade de vagas. - Elaborar um protocolo de regulação de acesso adaptado a cenários de desastres, contemplando diretrizes para a restrição de acesso, manejo da superlotação de leitos, evacuação de hospitais e demais estabelecimentos essenciais de saúde, garantindo a continuidade do atendimento e a otimização dos recursos disponíveis
MOBILIZAÇÃO	- Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco. - Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário. - Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas.
ALERTA	- Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

	- Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Planejar o transporte emergencial considerando restrições de acesso ao Hospital Regional e outras unidades de referência. - Identificar e garantir leitos de UTI e de retaguarda para pacientes agudos e crônicos. - Garantir o acesso à terapia renal substitutiva, independentemente do local de residência do paciente. - Monitorar a capacidade instalada de internação, avaliando a disponibilidade e ocupação de leitos, incluindo especialidades como infectologia. - Divulgar os fluxogramas assistenciais para média e alta complexidade, conforme necessidade de expansão da oferta de leitos. - Apoiar a transferência intra e interestadual de pacientes quando necessário. - Atuar no gerenciamento de internações e regulação de leitos, garantindo atendimento imediato a pacientes em situação de risco. - Avaliar a capacidade da rede referenciada conforme a gravidade e demanda do evento. - Acionar equipes de triagem e classificação de risco para otimizar o fluxo assistencial e a regulação de leitos. - Alertar a rede sobre a necessidade de ativação de leitos de retaguarda para suprir a demanda emergencial. - Monitorar continuamente a disponibilidade de leitos, garantindo a eficiência da assistência. - Acompanhar pacientes que aguardam procedimentos eletivos, assegurando reagendamentos ou encaminhamentos alternativos para minimizar impactos na continuidade do tratamento. - Monitorar continuamente a disponibilidade de leitos, garantindo a eficiência da assistência. - Acompanhar pacientes que aguardam procedimentos eletivos, assegurando reagendamentos ou encaminhamentos alternativos para minimizar impactos na continuidade do tratamento. - Divulgar para a rede assistencial regional os fluxogramas de atendimento preconizados pelo Ministério da Saúde e Secretaria Estadual de Saúde para agravos relacionados ao desastre. - Realizar transportes de urgência conforme a necessidade assistencial. - Coletar e enviar informações para o CIEVS para composição do Boletim Epidemiológico, conforme a periodicidade estabelecida.
CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.

SETOR: SAMU

ESTÁGIO

AÇÃO



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

NORMALIDADE	- Manter as ambulâncias em funcionamento, estrutura física, insumos, vias aéreas. - Realizar gestão de Recursos Humanos. - Manter relação com a Porta de entrada. - Realizar ações de capacitação para situações de desastres. - Participar das discussões junto à gestão da SESA-ES para o planejamento de ações e estratégias em situações de desastres de grande magnitude, considerando possíveis limitações de acesso, fechamento da porta de entrada de urgência e restrições de infraestrutura, a fim de garantir a continuidade e a efetividade do atendimento à população. - Participar do planejamento e execução do plano de contingência em desastres, garantindo alinhamento estratégico entre os serviços de emergência.
MOBILIZAÇÃO	- Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco. - Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário. - Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas.
ALERTA	- Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade. - Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Responder a ocorrências emergenciais em áreas de risco, prestando atendimento pré-hospitalar imediato às vítimas. - Priorizar o atendimento a casos graves e críticos, garantindo estabilização inicial e encaminhamento adequado. - Coordenar a triagem de pacientes para otimizar os recursos disponíveis e reduzir sobrecarga nos hospitais. - Executar a transferência segura de pacientes em estado crítico para hospitais de referência. - Garantir suporte adequado durante o transporte, incluindo a utilização de UTI móvel para pacientes graves. - Monitorar e ajustar a escala de profissionais, assegurando a disponibilidade de equipes para atuação contínua durante a emergência. - Verificar a funcionalidade dos equipamentos essenciais, incluindo ambulâncias, sistemas de comunicação e dispositivos de suporte à vida. - Controlar os estoques de medicamentos, oxigênio e insumos médicos, garantindo abastecimento suficiente para a resposta ao desastre. - Atuar de forma integrada com os setores da SESA ES, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, e hospitais de referência para otimizar o atendimento às vítimas. - Manter comunicação contínua com as centrais de regulação para direcionamento eficiente das equipes e ambulâncias.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.
--------------	--

SETOR: Núcleos Regionais de Regulação do Acesso	
ESTÁGIO	AÇÃO
NORMALIDADE	- Planejar ações de forma integrada com a SESA Central, garantindo que sejam complementares, eficientes, coordenadas e organizadas, assegurando uma comunicação eficaz entre a regional e a SESA Central. - Instituir protocolos diferenciados dentro dos cenários de desastres de grande magnitude, considerando a rede assistencial prejudicada pela situação emergencial, incluindo regulação hospitalar para as diversas especialidades.
MOBILIZAÇÃO	- Ampliar o nível de preparação da equipe para atuação em situações de risco. - Manter de sobreaviso os responsáveis do setor, garantindo pronta resposta quando necessário. - Acompanhar atentamente os boletins e alertas emitidos pelo Programa Vigidesastres, adotando as medidas recomendadas.
ALERTA	- Reforçar a execução das ações previstas para os estágios de maior gravidade, conforme descrito no estágio de normalidade. - Garantir a preparação da equipe e manter profissionais responsáveis em sobreaviso para o acionamento das ações identificadas em campo, assegurando que os técnicos estejam capacitados e prontos para a resposta.
SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA	- Atuar em conjunto com a SESA CENTRAL, estabelecendo, de forma coordenada, os procedimentos necessários para garantir o acesso oportuno e a prestação de cuidados adequados à população, especialmente em situações de emergência. Isso envolve a definição de fluxos assistenciais, a otimização da regulação do acesso aos serviços de saúde e a articulação com diferentes níveis de atenção para assegurar uma resposta eficaz e integrada. - Participar ativamente do COE SAÚDE REGIONAL.
CRISE	- Reforçar as ações descritas na fase de emergência, com maior atenção, intensidade e coordenação, garantindo que todos os recursos e esforços estejam alinhados para uma resposta mais ágil e eficaz.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

6 - INSTRUÇÕES PARA ATIVAÇÃO E DESATIVAÇÃO DO CENTRO DE OPERAÇÕES DE EMERGÊNCIA EM SAÚDE (COE):

6.1 – Atribuições do COE:

Atribuições do COE-Saúde – SESA/ES

O Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde) do Estado do Espírito Santo é uma estrutura organizacional temporária, ativada exclusivamente em situações de emergência, como desastres ou crises de saúde pública, com a finalidade de coordenar e gerir as ações de resposta a esses eventos.

Entre suas atribuições, destacam-se:

1. **Coordenar e articular** a atuação integrada das equipes da SESA, regionais de saúde, municípios e demais instituições envolvidas, garantindo uma resposta unificada e eficaz.
2. **Manter comunicação permanente** com o Sistema de Comando de Operações (SCO) ou instância equivalente, responsável pela gestão global da resposta ao desastre ou crise, assegurando o fluxo contínuo de informações e a harmonização das ações entre as diferentes esferas de gestão.
3. **Promover a centralização e organização das decisões** estratégicas relacionadas à resposta em saúde, facilitando o planejamento, a execução e o monitoramento das ações.
4. **Assegurar a formalização da ativação** por meio de portaria publicada no Diário Oficial do Estado, garantindo a legalidade e a conformidade normativa da operação.
5. **Planejar, implementar e acompanhar medidas emergenciais** de assistência à saúde, vigilância epidemiológica, logística de insumos e recursos humanos, de forma a minimizar impactos e proteger a população atingida.
6. **Avaliar e revisar continuamente** as ações executadas, identificando lições aprendidas e oportunidades de melhoria para futuras respostas.

O propósito central do COE-Saúde é proporcionar uma atuação ágil, organizada e tecnicamente qualificada, assegurando que todos os profissionais envolvidos atuem de forma integrada, reduzindo os impactos à saúde e garantindo a segurança da população.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

6.2 – Composição do COE - SAÚDE:

Em virtude da ocorrência de desastres hidrometeorológicos no estado do Espírito Santo, a Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo procederá ao acionamento do Centro de Operações de Emergências (COE), o qual contará com a seguinte composição:

- Secretário de Estado da Saúde do Espírito Santo (Coordenador do COE SAÚDE)
- Subsecretaria de Estado de Vigilância em Saúde
- Subsecretaria de Estado de Planejamento e Transparência da Saúde
- Subsecretaria de Estado de Regulação do acesso em Saúde
- Subsecretaria de Estado de Atenção à Saúde
- Subsecretaria de Estado Contratualização em Saúde
- Subsecretaria de Estado Assunto Administrativo/ financeiro da Atenção à Saúde
- Diretor Geral do ICEPI/SESA ES
- Superintendência Regional de Saúde de Colatina -SESA ES
- Superintendência Regional de Saúde de Cachoeiro de Itapemirim -SESA ES
- Superintendência Regional de Saúde de São Mateus -SESA ES
- Superintendência Regional de Saúde de Vitória -SESA ES

Suporte Técnico e Operacional:

- Pontos Focais em Saúde (Vigidesastres, CIEVS, Rede de Urgência e Emergência);
- Equipe Técnica em Saúde do Programa Estadual Vigidesastres.
- Gerência de Comunicação da SESA ES
- Apoio do Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do ES

6.3 – Ativação:

A ativação do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde) Estadual é de competência do Secretário de Estado da Saúde, que será responsável por coordenar e efetivar sua instalação em resposta a situações de emergência em saúde pública no Estado do Espírito Santo. Na hipótese de impossibilidade de atuação direta, essa atribuição poderá ser formalmente delegada a outro gestor designado, mediante ato administrativo.

O processo de ativação deverá ocorrer de forma escalonada e proporcional à gravidade e à abrangência do evento, seguindo os seguintes critérios:



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Monitoramento e Análise Prévia – A decisão de ativar o COE-Saúde Estadual será fundamentada em informações provenientes do Programa Vigidesastres/ SESA ES com dados meteorológicos, alertas de órgãos competentes, relatórios das regionais de saúde e recomendações técnicas emitidas por instâncias de gestão de riscos e desastres.

Definição do Nível de Resposta – A partir da avaliação da magnitude do evento, serão definidos o nível de mobilização e as áreas técnicas a serem acionadas, observando o estágio de resposta previsto no Plano de Contingência Estadual.

O intervalo e a frequência das reuniões do COE-Saúde serão definidos proporcionalmente à magnitude e à evolução da emergência. Em situações de crise ou de emergência de saúde pública, deverão ser realizados, no mínimo:

- **Briefing diário:** reunião inicial para apresentação do cenário atualizado, definição de prioridades e distribuição de tarefas;
- **Debriefing diário:** reunião de encerramento das atividades para avaliação dos resultados do dia, ajustes operacionais e replanejamento.

Para assegurar a coordenação eficiente das ações, será utilizada diariamente uma Matriz de Responsabilidades (planilha de acompanhamento), contendo:

- A descrição detalhada das ações previstas para o dia;
- O nome e/ou cargo do responsável pela execução;
- O prazo estimado para conclusão;
- O status de andamento das atividades.

Este processo de definição de nível de resposta e organização das reuniões visa garantir clareza na distribuição de responsabilidades, padronização na comunicação e eficiência operacional durante todo o período de atuação do COE-Saúde.

Acionamento dos COEs Regionais – Sempre que identificado impacto localizado ou regionalizado, o COE-Saúde Estadual determinará a ativação dos COEs-Saúde Regionais correspondentes às áreas atingidas. Esses COEs Regionais serão responsáveis por:

- Coordenar as ações de resposta no âmbito regional, articulando com as Secretarias Municipais de Saúde e demais órgãos locais.
- Garantir o fluxo de informações contínuo com o COE-Saúde Estadual, subsidiando a tomada de decisões.
- Monitorar a situação em campo e reportar necessidades operacionais e logísticas.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- Executar as ações previstas no Plano de Contingência Regional, em consonância com as diretrizes estaduais.

Formalização da Ativação – A instalação do COE-Saúde Estadual e dos COEs-Saúde Regionais será formalizada por meio de portaria publicada no Diário Oficial do Estado, conferindo legalidade e legitimidade ao processo de resposta.

Essa lógica de ativação visa assegurar uma resposta organizada, coordenada e escalonada, integrando esforços entre os níveis estadual, regional e municipal, de forma a minimizar os impactos sobre a saúde da população e otimizar a utilização dos recursos disponíveis.

6.4 – Desativação:

A desativação do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde) é de competência do Secretário de Estado da Saúde, podendo essa atribuição ser formalmente delegada a outro gestor designado, na hipótese de sua impossibilidade de atuação.

O processo de desativação será fundamentado na avaliação contínua da situação de emergência, considerando a redução ou controle significativo dos riscos à saúde pública, a normalização dos serviços essenciais e a diminuição da necessidade de ações extraordinárias.

A desativação seguirá as seguintes etapas:

1. **Análise Técnica** – Realizada pelo COE-Saúde, em conjunto com as áreas técnicas da SESA, regionais de saúde e demais instituições parceiras, para verificar o cumprimento dos objetivos da resposta e a situação epidemiológica e assistencial no território afetado.
2. **Decisão de Encerramento** – A partir dessa análise, será emitida recomendação técnica ao Secretário de Estado da Saúde para a desativação do COE-Saúde e, quando aplicável, dos COEs-Saúde Regionais.
3. **Formalização** – O encerramento será oficializado por meio de portaria da Secretaria de Estado da Saúde, publicada no Diário Oficial do Estado, estabelecendo o término das atividades específicas de resposta à emergência. Esta portaria poderá definir diretrizes para a transição gradual das ações emergenciais para a rotina dos serviços de saúde.
4. **Desmobilização e Reintegração** – As equipes, recursos e estruturas mobilizadas serão reorganizados e reintegrados às atividades regulares, preservando-se a capacidade de resposta para eventos futuros.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

5. Relatório Técnico Final – Após a desativação, será elaborado um relatório técnico detalhado contendo:

- Descrição das ações executadas;
- Resultados obtidos;
- Principais dificuldades e desafios enfrentados;
- Lições aprendidas;
- Recomendações para o aprimoramento de futuros planos de contingência e

respostas a emergências.

O processo de desativação visa assegurar que a saída do regime emergencial seja realizada de forma planejada, garantindo a continuidade da atenção à saúde da população e a consolidação das melhorias e aprendizados adquiridos durante a resposta.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. BRASIL. Nota Técnica nº 1/2023/SADJ-VI/SAM/CC/PR. Atualização dos critérios e indicadores para a identificação dos municípios mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, enxurradas e inundações para serem priorizados nas ações da União em gestão de risco e de desastres naturais. Processo nº 00042.000497/2023-74. Brasília, DF, 2023.
2. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID. Disponível em: <https://www.mi.gov.br/web/guest/s2id>. Acesso em: 02 abr. 2024.
3. COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM. Institucional: A CPRM e suas atribuições. Disponível em: <https://www.cprm.gov.br>. Acesso em: 4 jan. 2025.
4. ESPÍRITO SANTO. Governo do Estado do Espírito Santo. Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social. *Plano Estadual de Defesa Civil do Estado do Espírito Santo*. Vitória, ES: 2023.
5. ESPÍRITO SANTO. **Plano Estadual de Proteção e Defesa Civil – PEPDEC**: 17^a atualizado. Vitória: Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social, 2024.
6. MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia para elaboração de planos de contingência**. Brasília, DF: Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, Departamento de Emergências em Saúde Pública, 2024.
7. PINHO, Deyna; LAZARETTI, Andrea; SILVEIRA, Maria; DUTRA, Thiago. Setorização de riscos no Espírito Santo: uma avaliação dos dados obtidos e sua relação com a geodiversidade (PAP016532). 2014.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

8 – ANEXOS

**ANEXO 1 – MODELO DE PORTARIA DE ATIVAÇÃO DO COE SAÚDE SESA E
COEs REGIONAIS**

PORTARIA Nº __, DE __ DE _____ DE 20

Dispõe sobre a ativação do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde/SESA) e dos Centros de Operações de Emergência em Saúde Regionais (COEs Regionais), no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo, em razão de evento de desastre hidrometeorológico.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. ____ da Lei Estadual nº __, de // __, e:

- **Considerando** o Plano de Contingência Estadual para Enfrentamento de Desastres Hidrometeorológicos;
- **Considerando** a ocorrência de [**descrever o evento**], classificado como desastre hidrometeorológico, com impacto relevante para a saúde pública;
- **Considerando** a necessidade de coordenação centralizada e descentralizada das ações de resposta no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

RESOLVE:

Art. 1º Fica ativado, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), o **Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde)**, com a finalidade de coordenar, planejar e monitorar as ações de resposta à emergência de saúde pública decorrente de [**descrever o evento**], de acordo com o Plano de Contingência vigente.

Art. 2º Ficam ativados, concomitantemente, os **Centros de Operações de Emergência em Saúde Regionais (COEs Regionais)**, no(s) território(s) diretamente



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

impactado(s), com as seguintes atribuições:

- I – Implementar as diretrizes definidas pelo COE-Saúde/SESA no âmbito regional;
- II – Garantir a articulação com as Secretarias Municipais de Saúde e demais atores envolvidos;
- III – Monitorar a situação epidemiológica e assistencial na área de abrangência;
- IV – Consolidar e encaminhar informações diárias ao COE-Saúde/SESA.

Art. 3º Compete ao COE-Saúde/SESA:

- I – Avaliar continuamente o cenário e definir o nível de resposta;
- II – Convocar e conduzir reuniões de **briefing** e **debriefing** diárias, conforme a magnitude do evento;
- III – Atualizar e divulgar a **Matriz de Responsabilidades**, contendo as ações, prazos e responsáveis;
- IV – Fornecer apoio técnico e logístico aos COEs Regionais.

Art. 4º Os trabalhos dos COEs permanecerão ativos até nova deliberação desta Secretaria, considerando o restabelecimento das condições normais de saúde pública e a redução do risco à população.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[Local], __ de _____ de 20__

Secretário de Estado da Saúde do Espírito Santo



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**ANEXO 2 – MODELOS DE PORTARIA DE DESATIVAÇÃO DO COE SAÚDE SESA
E COEs REGIONAIS**

PORTARIA Nº /_ – SESA/ES

Dispõe sobre a desativação do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde/SESA) e dos Centros de Operações de Emergência em Saúde Regionais (COEs Regionais), instituídos em resposta à emergência de saúde pública decorrente de [descrever o tipo de desastre hidrometeorológico], no âmbito do Estado do Espírito Santo.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais e considerando:

- A Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde;
- O Decreto Estadual nº _____, de ____ de _____ de _____, que estabelece as competências da Secretaria de Estado da Saúde;
- O Plano de Contingência da Secretaria de Estado da Saúde para o Enfrentamento de Desastres Hidrometeorológicos no Estado do Espírito Santo;
- As atribuições conferidas ao COE-Saúde/SESA e aos COEs Regionais no processo de coordenação das ações de resposta às emergências de saúde pública;
- A avaliação técnica que indica o controle da situação e a redução significativa dos riscos à saúde pública decorrentes do evento [descrever o evento];

RESOLVE:

Art. 1º Fica desativado, a partir da data de publicação desta Portaria, o **Centro de Operações de Emergência em Saúde (COE-Saúde/SESA)** e os **Centros de Operações de Emergência em Saúde Regionais (COEs Regionais)**, instituídos em resposta à emergência de saúde pública decorrente de [descrever o tipo de desastre].

Art. 2º A desativação ora definida implica a transição das ações emergenciais para a rotina operacional dos serviços de saúde, devendo as áreas técnicas da SESA e as Regionais de



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Saúde dar continuidade às atividades necessárias à manutenção da vigilância e da assistência à população.

Art. 3º O COE-Saúde/SESA, por meio de sua Coordenação, deverá elaborar **Relatório Técnico Final** contendo:

- I – Descrição do evento e da situação epidemiológica;
- II – Medidas adotadas durante a resposta;
- III – Resultados alcançados;
- IV – Dificuldades encontradas e soluções implementadas;
- V – Recomendações e lições aprendidas para aprimorar futuras respostas a emergências.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[Local], ____ de _____ de _____.

Secretário(a) de Estado da Saúde do Espírito Santo



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

ANEXO 3 – MODELO DE MATRIZ DE RESPONSABILIDADE

Ação/Atividade	Responsável	Prazo	Status	Observações

Orientações para uso da Matriz de Responsabilidade:

- Ação/Atividade: Descrição clara e objetiva da tarefa a ser realizada.
- Responsável: Nome do setor, equipe ou profissional designado para execução.
- Prazo: Data ou periodicidade para conclusão da ação.
- Status: Atual situação da atividade (Pendente, Em andamento, concluído, etc.).
- Observações: Informações adicionais relevantes, como dificuldades, recursos necessários ou instruções específicas.